



ARTIGOS PUBLICADOS NO SITE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA



2° SEMESTRE DE 2010

Prefeito de Porto Alegre

José Fortunati

Secretária Municipal da Administração

Sônia Vaz Pinto

Coordenadora Geral Diretiva

Rita de Cássia Reda Eloy

Coordenadora da Escola de Gestão Pública

Tanise Amália Pazzim

Servidores da Escola de Gestão Pública

Adriana Beiler
Camila Macedo Silva
Denise Rejane Mello da Silva
Elisa Marcon Aquino Kerber
Ivani Nadir Carlotto
Maria Beatriz Costa Cabral Costa e Silva
Nelson Barbieux Langaro
Simone Dani
Valéria Luzia Silveira Lessa

Editoração Eletrônica

Denise Rejane Mello da Silva

APRESENTAÇÃO

A Escola de Gestão Pública (EGP) da Secretaria Municipal de Administração (SMA) é a área da

Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) responsável pelas atividades de Formação e Capacitação

Profissional e Educação Continuada, e contempla todas as práticas relacionadas à aprendizagem no âmbito

profissional, dentre elas, treinamento, desenvolvimento, qualificação, atualização, aperfeiçoamento,

aprimoramento e educação.

O objetivo geral da EGP é a qualificação da Gestão Pública Municipal através do desenvolvimento

de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores municipais, necessários para o exercício das

atribuições relativas aos seus cargos, funções e ao serviço público.

Desde setembro de 2009, a EGP destina um link, no site, para o servidor publicar suas produções

intelectuais entre elas artigos, relatos de experiência profissional, opiniões, resenhas e estudos teóricos,

relativos a sua vivência na Prefeitura. Para encontrá-lo o servidor tem que entrar no site da Prefeitura de

Porto Alegre (http://www.portoalegre.rs.gov.br) / Secretaria Municipal de Administração / Espaço do

Servidor / Escola de Gestão Pública / Artigos.

Além desse espaço EGP possui uma Revista Virtual EGP onde o servidor pode publicar artigos

em nível científico que serão reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia (IBICT) do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Na edição do Ano I - Volume I de

2010 é possível encontrar artigos sobre Gestão Pública e pode ser acessada pelo link:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/revista EGP/index.htm.

Relacionamos a seguir a compilação dos artigos já publicados no site da Prefeitura Municipal de

Porto Alegre referente ao segundo semestre de 2010 (julho a dezembro).

Tanise Amália Pazzim

Coordenadora da Escola de Gestão Pública

SUMÁRIO

NÓS, SERVIDORES PÚBLICOS ESCOLHEMOS MANTER O PADRÃO DE ATITUDES ENGESSADAS OU ROMPER O GESSO E ALTERAR O PADRÃO?	5
BUSINESS PROCESS MANAGEMENT - BPM	
ANALFABETO POLÍTICO, POLÍTICA E POLITICALHA	
O OLHAR COM AFETO: UMA EXPERIÊNCIA ARTETERAPÊUTICA NA PERIFERIA DE POR' ALEGRE	
PROCESSO DE TRABALHO EM REDES DE ESGOTOS PLUVIAIS OU MISTAS DA CIDADE : PORTO ALEGRE: READAPTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE CONDUTAS E PROCEDIMENTOS : NR33 -SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS	DA
A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO NUMA VISÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	. 34
FORMAÇÃO DE ADULTOS DO PROJETO GRAXAIM	. 37
UMA VISÃO SEMÂNTICA DO TRABALHO	. 44
O DESAFIO DOS GESTORES DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	. 45
PRINCÍPIOS DE GESTÃO OU PRINCÍPIOS DE MUDANÇA?	. 47
MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIA CRAS HÍPICA: UMA ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	
PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL - PROJETO DA GRANDE MAT SAMPAIO	O . 52
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	. 54
CAMINHADAS TURÍSTICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE – CONSTRUINDO SIGNIFICADOS TURÍSTICOS, HISTÓRICOS E CULTURAIS	. 57
EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL: Cenários e Perspectivas	. 60
A IMPORTÂNCIA DO MARKETING NO PROCESSO ELEITORAL	. 67
Normas para publicação de artigos	72

NÓS, SERVIDORES PÚBLICOS ESCOLHEMOS MANTER O PADRÃO DE ATITUDES ENGESSADAS OU ROMPER O GESSO E ALTERAR O PADRÃO?

Verônica Lapenda Marinho(PREVIMPA)¹

Pretendo dividir com os colegas estas reflexões pessoais, porque cada vez mais me conscientizo de que não basta ter as idéias o importante é pô-las na prática.

Nos últimos tempos, têm me incomodado, até certo ponto, os elogios que venho recebendo de alguns usuários do meu serviço, pois parece que minhas atitudes profissionais estão diferenciadas do padrão da maioria, ou mesmo, que estou prestando um favor para esta pessoa apenas porque simpatizei com ela. Não posso negar que os elogios sempre são bem vindos e melhoram a nossa auto-estima, mas entendo que, nestes casos, eles podem significar que as pessoas não se percebem como cidadãos, que pagam impostos, inclusive os nossos salários, e que somos obrigados a prestar-lhes serviços com qualidade e respeito.Quando estamos desempenhando a nossa função, estamos cumprindo o compromisso que assumimos por livre escolha ao aceitarmos a nomeação, bem como a nossa obrigação profissional.

Em **algumas situações**, aquelas **que demandam novas exigências e encaminhamentos**, os **usuários** relatam constantemente que se sentem, desorientados, perdidos e sem chão, pois em quase todos os locais onde são atendidos, há sempre outra dificuldade e outra barreira a serem transpostas. Poucas pessoas têm a paciência para escutá-los e fazer o devido encaminhamento. Não há disponibilidade em querer entender a situação.

As equipes profissionais em geral estão sobrecarregadas de trabalho, <u>os funcionários</u> não podem "perder tempo", não podem parar para raciocinar diferentemente, criar novas possibilidades. São incapazes de encarar uma situação diferente da sua rotina como um desdobramento natural do seu trabalho, cujas causas e consequencias devem ser cuidadosamente analisadas e, se for o caso, provocar sim, o rompimento de padrões que engessam ou impedem a adoção de soluções mais práticas e modernas ou que não são mais desejados por não atender de modo satisfatório as necessidades do público usuário. Mas é mais fácil continuar reproduzindo a forma como está determinada.

Diante de fatos concretos que vêm se apresentando constantemente no atendimento do Serviço Social do PREVIMPA, cheguei à triste conclusão que deve estar havendo uma padronização das atitudes de alguns servidores das diversas instituições públicas. Também observo que grande parte dos nossos usuários, especificamente os dependentes dos segurados, desconhece os seus direitos sociais inclusive os previdenciários, por isto, apresentam atitudes intimistas devido ao medo de não ter acesso ao benefício pleiteado.

Diante destas observações e fazendo uma auto-avaliação compartilho com vocês estas questões para reflexão, - Estamos dando oportunidade aos usuários dos nossos serviços para exercer plenamente a sua cidadania? - Estamos abertos para perceber as exceções e buscar novas soluções? - Escutamos as pessoas quando estas relatam suas dificuldades e especificidades?

Precisamos ter consciência da parte que nos cabe e, também perceber que em determinados momentos devemos ir além do que nos cabe. **Transpor os nossos limites de atuação é solidarizar-se com o usuário em buscas de soluções efetivas para a sua dificuldade /situação-problema.** Antes de tudo, devemos ter em mente que o assistente social não é o único profissional que deve ter estas atitudes, pois estas podem e devem ser desenvolvidas e incorporadas por todos nós, trabalhadores,

¹ Assistente social.

inclusive em outros espaços da nossa vida.

Partindo do pressuposto de que para quebrar o gesso e romper a cadeia do padrão comportamental vigente, nós *previmpianos*, primeiramente precisamos ser solidários com os nossos usuários e fortalecer nossa rede interna, de forma integrada, para assim poder provocar rupturas nos gessos que estão expostos, nas instituições que compõem a rede externa de atendimentos dos nossos usuários.

Como sugestão devemos ter <u>visão e atitude interdisciplinar</u>, que conforme Texto: Transdisciplinaridade: O que é isto? - da Palestra realizada no Encontro Sul Brasileiro para Evolução do Saber, ocorrido em 11/05/2003, na Escola de Administração da UFRGS, o conceito de transdisciplinaridade, vai além da multi e inter disciplinaridade. "A abordagem Transdisciplinar é a tendência de reunir as disciplinas numa totalidade, ante os Fenômenos Naturais. É a tendência de criar pontes entre as disciplinas, <u>um terreno comum de troca, diálogo e integração</u>, onde os Fenômenos Naturais possam ser encarados de diversas perspectivas diferentes ao mesmo tempo, gerando uma compreensão holística desse Fenômeno, compreensão essa que não se enquadra mais dentro de nenhuma disciplina, ao final". (Grifo nosso).

BUSINESS PROCESS MANAGEMENT - BPM

Carlos Gomide (PROCEMPA)¹

Gerenciamento de Processos de Negócio (em inglês Business Process Management ou BPM) é um conceito que une gestão de negócios e tecnologia da informação com foco na otimização dos resultados das organizações através da melhoria dos processos de negócio. São utilizados métodos, técnicas e ferramentas para analisar, modelar, publicar, otimizar e controlar processos envolvendo recursos humanos, aplicações, documentos e outras fontes de informação.

Segundo o BPM CBOK(2009), Gerenciamento de Processos de Negócio "é uma abordagem disciplinada para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar, controlar e melhorar processos de negócio automatizados ou não para alcançar os resultados pretendidos de forma consistente e alinhados com as metas estratégicas de uma organização". Ainda, "BPM permite que uma organização alinhe seus processos de negócio à sua estratégia organizacional, conduzindo a um desempenho eficiente em toda a organização...".

O termo negócio "...se refere às pessoas que interagem para executar um conjunto de atividades de entrega de valor a clientes e gerar retorno de investimento a partes interessadas." BPM CBOK(2009).

Já o termo processo é definido como "um conjunto definido de atividades ou comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar uma ou mais metas" que é "um trabalho ponta-a-ponta que entrega valor aos clientes" onde este trabalho ponta-a-ponta "envolve todo o trabalho cruzando limites funcionais necessários para entregar valor aos clientes".BPM CBOK(2009).

BPM e TIC

As ferramentas denominadas sistemas de gestão de processos do negócio – conhecidas como Business Process Management Suítes (BPMS) - apóiam e automatizam as tarefas necessárias para realizar a Gestão de Processos de uma forma rápida e barata.

O BPMS permite desenhar e redesenhar o fluxo dos processos, simular o desempenho dos processos desenhados, mostrar os gargalos e os fluxos improdutivos, gerenciar documentos no processo, armazenar as informações do processo, acessar bases de dados em sistemas de informação ou ERP, digitação de informações em formulários eletrônicos, controlar o fluxo do processo com direcionamento baseado em regras definidas para o mesmo. O BPMS pode ainda, realizar automaticamente algumas tarefas.

¹ Supervisor de Tecnologia e Serviços.

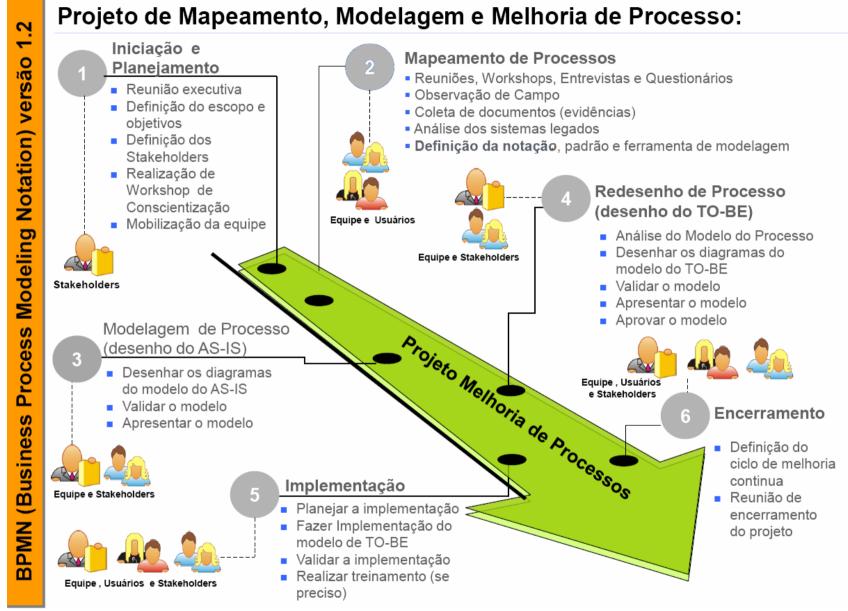


Figura: metodologia de um projeto de BPM (Fonte: SANTOS, Rildo)

Em suma, um BPMS bem selecionado pode automatizar e controlar um processo e ainda fornecer muitos indicadores para a Gestão dos Processos permitindo que os gestores analisem e melhorem os processos baseado em dados reais e não mais intuitivamente. Os gestores dos processos podem, por exemplo, verificar os gargalos e os atrasos em determinadas tarefas e com que frequencia isto ocorre, podem analisar as estatísticas de gestão: percentual de processos concluídos, em andamento, em atraso, etc. O foco da análise são os fatores fundamentais no desempenho de uma organização e isto é feito com muita facilidade e rapidez.

Operacionalmente, os agentes do processo têm o seu trabalho facilitado e o negócio preserva a observância das regras de cada processo, pois o próprio BPMS, além de armazená-las num banco de dados seguro (gestão de conhecimento dos processos), irá garantir que elas serão obedecidas no fluxo de cada um dos processos. As auditorias poderão ser realizadas com facilidade buscando os dados históricos armazenados.

Os BPMS não substituem os sistemas de informação tradicionais, mas suprem uma lacuna que estes sistemas tradicionais não conseguem preencher. Sobre estes sistemas tradicionais, temos visto que quase sempre eles são desenvolvidos para atender às necessidades do trabalhador operacional, principalmente para armazenar informações nas tarefas rotineiras deste trabalhador ou de seu setor — o escopo é bastante restrito. Claro que isto é relevante, mas uma organização que centra sua TIC neste tipo de solução acaba por utilizar muita tecnologia com pouco resultado, ou seja, despender recursos caros de TIC para resolver problemas operacionais sem garantia de retorno para o negócio.

Ao realizar Gestão de Processos de Negócio o gestor percebe as lacunas de TIC que realmente prejudicam a execução dos processos e passa a demandar o emprego de TIC com o objetivo de suprir a lacuna, obtendo resultado no processo e no negócio todo e não somente nas tarefas e controles individuais, ou seja, BPM também é uma ferramenta de governança de TIC.

BPM e Gestão de Negócios

Em 2006, Howard Smith e Peter Fingar lançaram o livro "Business Process Management: The Third Wave" com os conceitos de Gerenciamento de Processos de Negócios. O BPM se tornou então o assunto mais importante nas empresas. Como especialistas em TI, os autores focaram o BPM como sendo uma automação de processos através de ferramentas de software.

O BPM é uma avançada metodologia própria de otimização de processos que se desenvolveu e evoluiu a partir das experiências duas ondas anteriores (Gestão pela Qualidade Total e BPR - Business Process Reengineering).

Também é importante frisar que o BPMS (ferramenta de sistema) não é o BPM (Gerenciamento de Processos de Negócios). O BPMS é necessário para automação dos processos, mas o foco do BPM é a melhoria dos processos de negócios de forma continuada, como um PDCA (Plan, Do, Control, Action) dos processos, pois o BPM tem como objetivo fazer o alinhamento dos processos com a estratégia.

Mesmo assim, um dos grandes diferenciais do BPM é exatamente a incorporação de muitas técnicas e ferramentas de TIC na Gestão de Processos de Negócio.

A estratégia da organização é realizada e executada por meio dos processos da organização devendo sofrer constantes melhoramentos para permanecerem ajustados às estratégias, aos objetivos e às metas da mesma. Segundo o BPM CBO, "BPM, de outro modo, implica em um permanente e contínuo comprometimento organizacional para gerenciar processos da organização".

Seguem alguns conceitos referentes ao BPM.

Automação de Processos

A automação é realizada pelo BPMS. Com processos automatizados rapidamente é possível obter-se um controle mais rígido e adaptado às necessidades da organização.

Existem diversos fornecedores de BPMS no mercado: Oracle, Image Tecnology, Software AG, IBM, etc. É muito importante perceber quais padrões são adotados por todas as ferramentas para que não seja utilizada uma ferramenta que propõe soluções "personificadas" que acabam por dificultar a evolução da tecnologia, dos processos e a interoperabilidade com outras ferramentas e sistemas.

Modelagem

A modelagem de processos é feita no próprio BPMS. Alguns destes seguem a notação mais usada atualmente, o padrão BPMN (Business Process Modeling Notation). Esta notação possui todos os elementos necessários para a modelagem gráfica dos processos, o que facilita o entendimento do usuário. O BPMN é um padrão de mercado mantido pela BPM.org.

Simulação

Após o desenho, dependendo do BPMS utilizado, são feitas as simulações, onde se pode testar se as regras pré-estabelecidas estão de acordo com o objetivo da empresa, se as tarefas estão sendo encaminhadas para as pessoas corretas e até se os gargalos no processo desenhado foram solucionados.

Execução

A execução do processo ocorre após as etapas anteriores já terem sido realizadas. O BPMS utilizado faz que as tarefas sejam enviadas para os seus devidos responsáveis, controlando o seu tempo de execução por pessoa e pelo processo em geral. Podem ser utilizadas também regras de negócio (Business Rules) pré-estabelecidas. Até alguns anos atrás esta funcionalidade dos BPMS era conhecida como Workflow, mas os BPMS realizam muitas outras funções não previstas nas antigas ferramentas de Workflow.

Controle

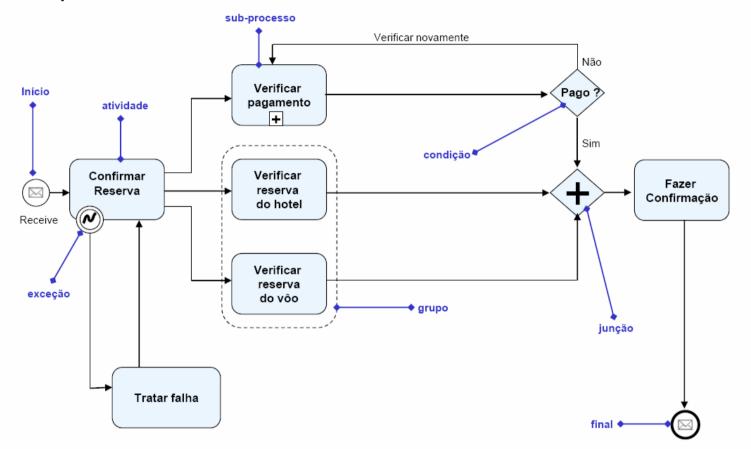
BPM implica em controlar diariamente os processos: desde sua concepção, modelagem e simulação até a sua execução real. Durante a execução, o BPMS disponibiliza os dados estatísticos sobre o andamento e a taxa de sucesso dos processos. Tudo isto também pode ser visto de forma gráfica. É possível observar, literalmente, o caminho percorrido por cada processo de forma individualizada e gráfica, quando são apresentados os dados históricos do processo: informações, documentos e decisões tomadas.

Otimização

É essencial para que sejam feitas melhorias nos processos de modo a alcançar a excelência na prestação do serviço aos clientes e, possivelmente, com menores custos ou menor custobenefício. Por isso este ciclo de melhoria é continuo: depois de implantada uma mudança em um processo ele começa a ser utilizado pela organização e ao mesmo tempo reinicia o trabalho de redesenhar, e simular novíssimas melhorias no processo em uso num ciclo conhecido como PDCA (Plan, Do, Control, Action) dos processos.

Notação. BPMN

Um exemplo comentado do "Processo Confirmar Reserva":



Comentário:

Você pode pode começar a desenhar os processos utilizando os elementos básicos do BPMN, eles também são conhecidas como "**core elements**", e depois e evoluir para parte mais avançada, conhecida como "**full elements**".

Figura: exemplo de processo modelado com BPMN (Fonte: SANTOS, Rildo)

Notação. BPMN

Um exemplo do "Processo de Entrega de Pedido"

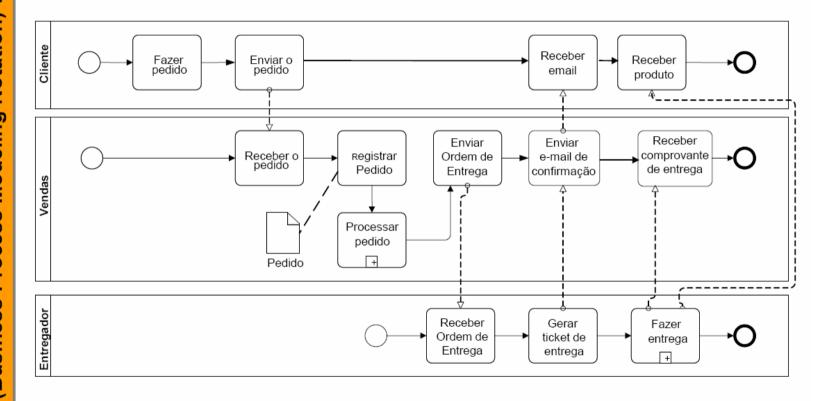


Figura: exemplo de processo modelado com BPMN (Fonte: SANTOS, Rildo)

Conclusão

Conforme Vaz(2010), assim como nas organizações privadas os processos são os elementos centrais da estratégia. Na gestão pública os processos podem ser entendidos como elementos centrais da operação das políticas públicas, pois é através da implementação dos processos criados para organizar a sequência de atividades que os governos vão executar suas políticas na prática, no dia-a-dia, "no chão de fábrica". Processos automatizados com uso de ferramentas de BPMS podem ser facilmente fornecidos como facilidades ao cidadão em Portais de Serviços de Governo. As administrações públicas devem oferecer na internet uma camada de serviços como concessão de licenciamentos, pagamento e parcelamento de dívidas de tributos e taxas, declarações municipais e outros serviços, que propiciam um ambiente econômico dinâmico: é o Estado facilitador.

Gonçalves(2000) afirma que "A utilização adequada da tecnologia pressupõe a definição da prioridade de tratamento, dedicando aos processos prioritários o esforço necessário de forma a garantir um resultado realmente importante para o negócio da empresa". O gestor público tem de compreender rapidamente como aplicar a TIC para agregar valor aos processos fundamentais. Mais que construir sistemas para armazenar informação, que auxiliam o trabalho operacional, os processos devem ser automatizados com utilização de BPMS como integrador de tecnologias como GED, Sistemas de Informação, Cubos ou qualquer tecnologia existente ou que venha a surgir para a construção de uma administração eficiente e eficaz. Assim, cada processo fundamental deve ser analisado sob diversas óticas: organizacional, transversal, de recursos humanos e do emprego de tecnologia para agregar valor ao resultado final. Para o gestor público, e-governo não deve ser visto só como um modismo ou uma categoria de software: deve ser encarado como parte do modelo de gestão das administrações, pois tecnologia deve ser adotada sempre como instrumento de mudança. "O futuro vai pertencer às empresas que conseguirem explorar o potencial da centralização das prioridades, as ações e os recursos nos seus processos". Gonçalves(2000).

Referências

ABPMP - Association of Business Process Management Professionals – Chapter Brasil. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio: Corpo Comum de Conhecimento. Disponível em < http://www.abpmp-br.org/ >. Acesso em mai. 2010.

CHAMPY, James; HAMER, Michael. **Reengenharia: revolucionando a empresa.** 23. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994

CORDEIRO, José V. B. de Mello. Reflexões sobre a Gestão da Qualidade Total: fim de mais um modismo ou incorporação do conceito por meio de novas ferramentas de gestão?

REVISTA DA FAE. Curitiba. V.7, n.1, jan/jun. 2004

DAVENPORT, T. H. Reengenharia de processos: **como inovar na empresa através da tecnologia da informação.** Ed. Rio de Janeiro: Campus. 1994.

GONÇALVES, J. E. L. **As Empresas são Grandes Coleções de Processos.** EAESP/FGV RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.40, n.1, p. 6-19, jan./mar. 2000.

Object Management Group. Business Process Maturity Model **v. 1.0. Disponível em <** http://www.omg.org/spec/BPMM/ >. Acesso em mai. 2010.

Vasconcelos, Delcilandia L.; Freitas, Ana Augusta Ferreira de. O REDESENHO DE PROCESSOS NA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ. 2005. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

VAZ, José Carlos. Anotações de Aula (**Processos de trabalho no setor público: gestão e redesenho**). Disponível em: http://josecarlosvaz.pbworks.com/Redesenho-de-Processos>. Acesso em mai. 2010.

SANTOS, Rildo. BPMN v. 1.2. - **Business Processing Modeling Notation. Disponível em <** http://rildosan.blogspot.com/2010/07/bpm-expert-collection-gestao-por.html>. Acesso em mai. 2010.

ANALFABETO POLÍTICO, POLÍTICA E POLITICALHA

Ari Riboldi (SMED)¹

Do grego a (não), n (consoante de ligação) mais alfa (a) e beta (b), as duas primeiras letras do alfabeto grego. Designa a pessoa que não sabe ler nem escrever. Analfabeto de pai e mãe é o que, popularmente, não sabe coisa alguma, muito menos ler e escrever. Analfabeto funcional é o que sabe assinar o nome, emendar letra por letra, porém não entende o que leu. Analfabeto total ou funcional é coisa ruim. Pior ainda é o que sabe ler e escrever e, mesmo assim, é um grande analfabeto político.

O dramaturgo alemão Bertolt Brecht assim escreveu: "O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro, que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política e os políticos. Não sabe o imbecil que da sua ignorância nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais".

A verdadeira política pressupõe um conjunto de relações por meio das quais indivíduos ou grupos interferem nas atividades de outros grupos. Ninguém é dono do poder, apenas é investido nele por outro. Num sentido mais amplo, todo homem é um ser político, pois ninguém vive isolado dos demais. As palavras de Rui Barbosa são sempre atuais e definem duas práticas bem opostas. "A política afina o espírito humano, educa os povos no conhecimento de si mesmos, desenvolve nos indivíduos a atividade, a coragem, a nobreza, a previsão, a energia, cria, apura, eleva o merecimento.

Não é esse jogo da intriga, da inveja e da incapacidade, a que entre nós se deu a alcunha de politicagem. Esta palavra não traduz ainda todo o desprezo de objeto significado. Não há dúvida de que rima bem com criadagem e parolagem, afilhadagem e ladroagem. Mas não tem o mesmo vigor de expressão que os seus consoantes. Quem lhe dará com o batismo adequado? Politiquice? Politiquismo? Politicaria? Politicalha? Neste último, sim, o sufixo pejorativo queima como um ferrete, e desperta ao ouvido uma consonância elucidativa. Política e politicalha não se confundem, não se parecem, não se relacionam uma com a outra. Antes se negam, se excluem, se repulsam mutuamente. A política é a arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas, ou tradições respeitáveis. A politicalha é a indústria de explorar o benefício de interesses pessoais. Constitui a política uma função, ou um conjunto de funções do organismo nacional: é o exercício normal das forças de uma nação consciente e senhora de si mesma. A politicalha, pelo contrário, é envenenamento crônico dos povos negligentes e viciosos pela contaminação de parasitas inexoráveis. A política é a higiene dos países moralmente sadios. A politicalha, a malária dos povos de moral estragada."

Neste momento ímpar, em que as eleições se aproximam, é hora de exercer o protagonismo de cidadão consciente, bem longe do papel retrógrado e conivente do analfabeto político. Pelo bem da democracia e da nação brasileira.

¹ Professor

O OLHAR COM AFETO: UMA EXPERIÊNCIA ARTETERAPÊUTICA NA PERIFERIA DE PORTO ALEGRE

Cláudia Elis Costa do Nascimento (SMED)¹
Magda Mariante²

RESUMO

Foi oferecido um atendimento arteterapêutico a um adolescente de 12 anos, que frequenta a Escola E.M.E.F. Deputado Victor Issler, pertencente à rede pública de Porto Alegre, localizada no Bairro Mário Quintana. O referido adolescente vivenciou uma dramática situação de violência doméstica em sua primeira infância. Através do acolhimento possibilitado pela escuta terapêutica, pelo afeto e pelas experiências criativas, o aluno sentiu-se seguro e conseguiu expressar seus sentimentos, suas emoções, seus conflitos pessoais, familiares e escolares. Também foi observado que o adolescente se deu conta de sua força interior e foi capaz de superar alguns desafios. Constatou-se que a vivência arteterapêutica auxiliou-o no processo de autoconhecimento, permitindo que o mesmo se percebesse como um ser agente e potente. Que foi capaz de abandonar a tristeza e a passividade, redescobrindo a alegria de viver.

Palavras-chave: adolescência; arteterapia; educação, violência doméstica.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta o processo teórico e prático de investigação dos fatores pessoais, familiares e sociais que, possivelmente, contribuíram para a constituição de um comportamento agitado, desconcentrado e pouco participativo de um adolescente de 12 anos, 6ª série, encaminhado por uma escola da rede pública para participar de oficinas de Arteterapia, com o objetivo de mudar seu comportamento.

Os adolescentes costumam ter grande inclinação para atividades criativas. Como proposta, foi utilizada a arte com fins terapêuticos. As vivências expressivas e artísticas da Arteterapia facilitam o contato com emoções e sentimentos, e estas vivências poderiam auxiliar o adolescente a buscar maneiras mais eficazes de resolver seus problemas aliviando, assim, seus sofrimentos.

EU, HÉRCULES E A ARTETERAPIA.

Lecionei artes visuais para o adolescente, aqui chamado de Hércules, na 4ª e na 5ª série. Hércules presenciou o assassinato de sua mãe pelo seu pai – drama que será melhor relatado mais adiante. Foi percebido a necessidade de trabalhar este aspecto, além daqueles relacionados à sua aprendizagem, para os quais a escola já providenciara um atendimento específico.

Através de um olhar mais ampliado em relação às questões do adolescente, agregou-se ao trabalho pedagógico já desenvolvido pela escola, a alternativa de uma intervenção arteterapêutica. Por "olhar mais ampliado", entende-se um olhar holístico em relação aos alunos em geral. Este tipo de olhar é uma das características da abordagem arteterapêutica.

A abordagem holística da Arteterapia está ligada a um pensamento que "[...] visualiza o ser humano em sua multidimensionalidade, enfatizando seu aspecto relacional consigo, com a natureza

¹ Professora. Pós-Graduanda do Curso de Arteterapia, da CENTRARTE – Centro de Estudos em Arteterapia, Psicologia e Educação, Porto Alegre/RS.

² Professora Orientadora.

e com os demais" (ORMEZZANO apud ARALDI, 2002, p. 165). Esta multidimensionalidade é fundamental para percebermos o indivíduo como um todo.

As atividades em aula, o modo como o aluno se relaciona com seus colegas, com os adultos da escola e o ambiente escolar, representam alguns aspectos relacionados à sua identidade. Para conhecê-lo melhor, é necessário aproximar-se de forma cuidadosa do seu mundo interno e externo.

Essa aproximação cuidadosa da Arteterapia ocorre pela mediação de proposição de vivências criativas. E estas vivências criativas, exploradas como recurso terapêutico, objetivam aliviar o sofrimento humano.

HISTÓRICO RESUMIDO DA ARTETERAPIA – AS TRÊS PIONEIRAS

Por volta de 1915, a educadora e psicóloga Margareth Naumburg (nascida em 1890, em Nova Iorque) inicia o desenvolvimento da Arteterapia numa escola de vanguarda, fundada por ela – a Escola Walden.

Influenciada pela psicanálise, Montessori, John Dewey e estudos na Europa, ela criou um ambiente escolar inovador "[...] fundamentado na concepção da prioridade do objetivo da educação ser o desenvolvimento emocional da criança" (ANDRADE, 2000, p. 70).

Para alcançar seu objetivo, Naumburg preocupou-se em investigar possíveis significados simbólicos das imagens produzidas pelas crianças, a partir das interpretações das próprias crianças.

Andrade (2000) ressalta-nos como a própria Naumburg, em seus escritos, fala de seu sofrimento na infância: ela sentia-se uma criança não entendida e infeliz por não ter oportunidade de dividir seus sentimentos.

Outra precursora da Arteterapia foi à austríaca Edith Kramer, que estudou artes e psicanálise. Kramer enxergava a Arteterapia como "[...] um meio de fortalecer o ego, desenvolver o senso de identidade e o amadurecimento de forma geral". Salientava também que a Arteterapia é "[...] uma forma de terapia, que complementa ou apóia a psicoterapia, mas não a substitui" (KRAMER apud CIORNAI, 2004, p. 29).

Rhyne foi outra pioneira no campo da Arteterapia. Nascida na Flórida, em 1913, estudou arte e psicologia. Fez psicoterapia e treinamento com o famoso gestalt-terapeuta Fritz Perls, na Califórnia. E, paralelamente, utilizou a arte e a abordagem gestáltica em grupos de autoconhecimento.

A abordagem gestáltica também embasou o atendimento a Hércules. Uma abordagem que tem por objetivo desenvolver um processo com base existencial. Este processo propicia uma terapia que trabalha "[...] em direção à constante expansão da consciência, a fim de facilitar que as pessoas venham a se tornar agentes das próprias transformações na vida" (CIORNAI, 2004, p. 36).

Entende-se que a expansão da consciência a "awareness" só ocorre a partir da vivência, em nível cognitivo, sensório-motor, emocional e energético, em situações significativas de seu meio.

E o terapeuta é visto como um facilitador de processos criativos, que encoraja o sujeito a buscar significados nas formas que produziu (CIORNAI, 2004).

CONHECENDO A HISTÓRIA DE HÉRCULES

Hércules sempre apresentou um comportamento agitado, tanto na 4ª como na 5ª série. Sentava-se quase caindo da cadeira. Comia salgadinhos e doces o tempo todo, além de envolver-se em brincadeiras e conflitos com os colegas várias vezes.

Na 4ª série, entrevistei sua avó materna, que revelou que o pai de Hércules havia matado a mãe dele com um tiro, por um motivo aparentemente fútil: ela não quis procurar os cachorros dele que haviam sumido.

Na 5ª série, quando fiz a proposta: "desenhe o que você mais gosta de fazer", o aluno se desenhou matando seu pai no futuro. Nesta época, seu pai estava preso. Algum tempo depois, foi

assassinado na cadeia.

Em 2009, em decorrência do estágio em Arteterapia para completar a minha formação, ofereci para a escola e para a avó a possibilidade de acompanhar Hércules, através de intervenções com o uso de recursos expressivos. Hércules estava na 6ª série, com 12 anos.

Em entrevista com a avó, ela descreveu o neto como um menino desorganizado com as roupas, que costumava obedecer mais ao avô e aos tios. Com ela, era teimoso, e que estava sempre brigando ou agredindo sua irmã mais nova. E, ainda, que Hércules dizia que nunca tinha tarefas escolares para fazer em casa.

OS DESAFIOS DE EDUCAR EM TEMPOS DE VIOLÊNCIA

A família de Hércules é uma família sobrevivente. Após a perda traumática de sua mãe, a avó, os irmãos e seus familiares vivem com a presença de uma dor infinita. A avó, em entrevista, relatou: "Profa., nós éramos uma família feliz. Agora, não somos mais".

A avó ficou com a responsabilidade de criar Hércules, seu irmão mais velho e sua irmã como se fossem seus filhos.

Em relação a Hércules, ela tem duas difíceis tarefas. A de suportar viver sem sua filha e a de educar um neto que já demonstra características típicas de um adolescente, que vivencia a descoberta de que é possível estabelecer competições com os adultos, tanto com sedução, quanto com enfrentamento, conforme nos explica Contardo Calligaris (2000).

Também Hércules está experimentando formas de impor suas vontades, no intuito de testar o grau de flexibilidade dos adultos, pois, possivelmente, já percebeu uma necessidade de querer mudar o mundo fora de si, em função das dificuldades de adaptação com as mudanças de seu mundo interior (ZIMMERMAN, 1997). Afinal de contas, como todo adolescente, Hércules passa e passará por algum tempo na busca de uma identidade própria, a partir do estabelecimento de uma escala de valores ou código de ética pessoais (BAPTISTA NETO, 2000).

Além das dificuldades para educar Hércules descritas por sua avó, a escola também referiu queixas sobre suas atitudes na 6ª série, em 2009.

Segundo alguns professores, o aluno cutucava os colegas, fazia ruídos que perturbavam a aula, entregava as tarefas sempre incompletas, entre outras atitudes provocativas e conflitivas ocorridas durante a aula.

Hernandez (1998) sugere que a escola atual necessita capacitar-se para investigar as diferentes situações sociais e perceber os alunos não só individualmente, mas também como indivíduos pertencentes a uma coletividade.

MATERIAIS E MÉTODOS

No período de maio até o mês de dezembro do ano de 2009 ocorreram os atendimentos de Arteterapia. Esta intervenção se desenvolveu durante o estágio do curso de especialização em Arteterapia. O atendimento ao adolescente era oferecido uma vez por semana, sempre às sextasfeiras, no turno inverso às aulas do aluno.

As sessões realizavam-se na mesma sala-ambiente de artes em que leciono de segundas às quintas-feiras. O tempo de atendimento era de uma hora a uma hora e meia. A variação da duração dependia do envolvimento do aluno com as atividades, bem como era respeitado o desejo de falar ou não sobre suas questões pessoais.

Nas sessões, o aluno experienciava momentos de:

- Relaxamento mental (com respiração e música);
- Jogos de relaxamento muscular;
- Atividades artísticas como: desenho, recorte e colagem, pintura, monotipia, isogravura para criação de mandalas, etc.

- Atividades escritas: acróstico do nome a partir de "tempestade mental"; criação de títulos para os trabalhos;
- Confecção de objeto ("clava de fortalecimento").

RELATO DE EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS

Será apresentado o percurso de três sessões (1ª, 2ª e 6ª) de Arteterapia oferecidas a Hércules, sendo que estas três sessões foram escolhidas devido à ocorrência de mudanças nas relações familiares descritas por Hércules, após a realização de certas atividades artísticas, bem como a mudança da sua percepção sobre seus próprios problemas.

Na primeira sessão, foi sugerido que recortasse três imagens de revista que fossem de coisas que ele gostasse. A imagem mais significativa foi a de um relógio de pulso.

Após ser indagado sobre o motivo da escolha, o aluno disse que achava-o bonito, mas não usava relógio por considerar que é um peso a mais.

Foi questionado se Hércules conseguia chegar no horário combinado de seus compromissos. Primeiramente, disse que sim (mas, como já foi relatado, a avó queixou-se de sua falta de organização). Portanto, foi indagado se ele levantava da cama em seguida que sua avó lhe chamava. O aluno admitiu, então, que não levantava em seguida.

Disse que após sua avó chamar várias vezes, ela acabava "convocando" seu avô. Era nessa hora que ele levantava.

Questionado sobre o motivo de não atender ao chamado da avó, disse que era preguiça. Após alguns segundos, abriu o jogo: reclamou que a avó só manda ele ir ao mercado. Que a irmã menor só fica deitada. Assumiu que, às vezes, tranca-se no quarto para não atender à sua avó.

Foi sugerido a Hércules que conversasse com sua avó sobre seus sentimentos. Essa sugestão foi inspirada em relato da arteterapeuta Violet Oaklander, quando ela nos conta: "Pedi a esta menina que dissesse diretamente à irmã que queria estar mais próxima dela" (OAKLANDER, 1980, p. 43).

Ele disse que ainda não havia conversado com a avó. E demonstrou interesse nesta sugestão através de seu olhar. Indagado sobre como estava se sentindo. Ele disse: "Melhor!"

Na sessão seguinte, foi proposta a realização de dois desenhos, pois o aluno contou que conversou com sua avó. No primeiro desenho, que Hércules desenhasse o que piorou após a conversa com a avó. No segundo, o que melhorou.

No primeiro desenho, o adolescente desenhou ele e sua avó com os rostos transtornados, com as bocas mostrando uma certa deformação. Colocou uma legenda, que dizia: "Ela só falou que eu tenho mais força que a minha irmã".

No segundo desenho, ele representou a si mesmo, sua irmã (bem próximos), sua casa e uma estrada direcionada a um supermercado.

Ao explicar o que desenhou, Hércules contou que, inicialmente, a avó gritou com ele, pois não queria mudar seu posicionamento. Horas depois, sua avó mudou de ideia, decidindo que ele e sua irmã iriam juntos ao mercado.

Foi sugerido que o aluno se imaginasse no lugar da avó, refletindo sobre o que a fez mudar de ideia. Ele achou que a mudança seria para evitar brigas.

Na 6ª sessão foi percebido que o adolescente ficava deprimido, com olhos lacrimejantes quando ele falava sobre sua mãe.

Para trabalhar estes aspectos, foi criada uma proposta vinculada ao mito de Hércules. Oportunamente, o aluno não conhecia bem o mito. Foi contado, então, que Hércules deveria cumprir 12 tarefas para ser considerado um herói.

As 12 tarefas "lembravam" os 12 anos vividos pelo aluno. E que cada ano vivido por ele, tornava-o mais forte para superar o próximo. Foi contado que o herói mitológico usou uma clava para se salvar dos perigos. Mas, ele também usou a inteligência, a atenção e a sensibilidade para vencer os desafios, por sugestão de um amigo.

O aluno foi convidado a criar uma "clava simbólica", para ajudá-lo a se sentir mais fortalecido, sem precisar agredir.

A proposta foi pegar um galho de árvore (um ser da natureza como ele) e enrolar fios de lã em volta dele, deixando as pontas soltas. Cada cor escolhida de lã (havia 12 cores disponíveis) representaria cada ano de sua vida. Foi pedido para o aluno associar cada cor a uma palavra ou frase ligada as experiências de vida que lhe ensinaram a superar os problemas daquele ano.

Cada palavra deveria ser escrita em um papelzinho para ser anexado nas pontas soltas dos 12 fios coloridos.

O aluno foi lembrado que toda vez que ele precisasse se "abastecer" de ânimo, ele teria a seu alcance este instrumento carregado de 12 lembranças capazes de fortalecê-lo novamente.

Foi solicitada a opinião do aluno sobre a "clava" já pronta. Primeiro, ele sacudiu os fios sorrindo. Depois, disse que achou bonita e que leria quando precisasse se sentir mais alegre.

Após cinco meses de atendimento, entrevistei alguns profissionais da escola.

Segundo a nutricionista, o aluno está mais calmo nos momentos de lanche e almoço com os colegas no refeitório.

Conforme alguns professores, Hércules demonstrou maior concentração e participação nas aulas. Inclusive passou a realizar as tarefas de casa com dedicação.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Rodrigues (2009, p. 47) nos ensina que "não há material que exposto à criação deixe de passar por transformação e esta qualidade traz aos autores a vivência de potência no fazer e no transformar".

Justamente pode-se observar em Hércules transformações no modo de "fazer arte" e de relacionar-se com seus familiares.

Nas primeiras sessões, o aluno só usava lápis de escrever e borracha. E se observava um uso intenso da borracha.

Após ser trabalhado que as marcas de nossa vida nos proporcionam aprendizados, e que não é possível apagá-las, reduziu-se visivelmente sua dependência da borracha.

Passou a usar a cor com o lápis de cor, mostrando um traço quase invisível e monocrômico, aliado a um quadro de tristeza intensa.

Após resistências, o aluno aceitou o uso de materiais diversos, coloridos e com brilho.

Demonstrou certo entusiasmo nos jogos de relaxamento muscular. E também verificamos sua mudança em relação a si e aos familiares. Hércules percebeu que pode se sentir mais alegre por ter uma vida pela frente e que pode produzir sua felicidade a partir de sua força interior e de sua ação corajosa sobre seus problemas.

CONCLUSÃO

O envolvimento com a problemática da família de Hércules nos trouxe um grande aprendizado: a sobrevivência após uma triste perda.

Sua avó consegue viver mesmo com a diária dor da saudade, e, ainda, inventa forças para criar os três filhos de sua filha.

Um destes filhos é Hércules. Um jovem que não consegue dormir com luz apagada. E, se o irmão mais velho não está em casa, ele corre para dormir ao pé da cama de sua avó, reforçando sua dependência psicológica da mesma.

Sua recorrente busca de satisfação com guloseimas nos faz pensar numa possível forma de compensar o sentimento de perda da mãe.

Ao longo de seu processo criativo, o adolescente deu-se conta que a mudança de sua realidade está ao alcance de suas mãos. Que ele também é um herói, como o guerreiro mitológico.

Um herói que segue vivendo com sua dor emocional, mas que trocou sua tristeza e seriedade extrema, nos surpreendendo com seu intenso brilho no olhar e seu inesquecível sorriso no momento de despedida da última sessão.

AGRADECIMENTOS

Sou e serei eternamente grata à minha mãe, pois ela é meu maior exemplo de dedicação, de luta e de abnegação no intuito de alcançar uma meta desejada.

Sou muito grata aos professores da Centrarte, pelas atenções especiais ao procurar sanar minhas intermináveis dúvidas.

Enfatizo, especialmente, os auxílios carinhosos da professora Magda Mariante, das professoras Patrícia e Gislene (pelos auxílios de pesquisa e pelas orientações afetuosas), sem esquecer a paciência e a compreensão de Luiz Felipe.

Agradeço ao apoio carinhoso das colegas, que me ajudaram a encarar e superar meus medos. E, finalmente, agradeço a Deus, por depositar em minha essência interior uma interminável fonte de cura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liomar Quinto de. Terapias expressivas. São Paulo: Vetor, 2000.

ARALDI, Lilian Cláudia Cordeiro. Arteterapia: encontro com os potenciais internos num grupo de mulheres. In: ORMEZZANO, Graciela (org.). Questões de arteterapia. Passo Fundo: UFP, 2004.

BAPTISTA NETO, Francisco; OSÓRIO, Luiz Carlos. **Aprendendo a conviver com adolescentes. Florianópolis**: Insular, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.

CIORNAI, Selma. **Recursos em arteterapia**. São Paulo: Summus, 2004.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

OAKLANDER, Violet. **Descobrindo crianças. A abordagem gestáltica com crianças e adolescentes.** São Paulo: Summus, 1980.

RODRIGUES, Rute. **Educação afetiva: aprendendo a ser e a conviver**. In: GUIMARÃES, Gislene Nunes (org.). Arteterapia e educação: a arte de tecer afetos e cuidados. Viamão: Laçus, 2009.

ZIMMERMAN, David; OSÓRIO, Luiz Carlos. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PROCESSO DE TRABALHO EM REDES DE ESGOTOS PLUVIAIS OU MISTAS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE: READAPTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE CONDUTAS E PROCEDIMENTOS DA NR33 -SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS

Luiz Francisco Pedroso Lopes (DEP)¹ Sergio Garcia²

Resumo

Este artigo visa demonstrar os procedimentos de trabalho dos servidores públicos, principalmente os de regime estatutário, na coordenação das tarefas e ações preventivas e corretivas das redes de esgotos pluviais ou mistas da cidade de Porto Alegre. A metodologia aplicada foi à análise executiva e comparativa entre Norma Regulamentadora NR - 33, e dos procedimentos rotineiros nas Redes de Esgotos Pluviais ou Mistas (REPM) pela avaliação de cada item nas diferenças significativas, levando-se em conta, sua estrutura e procedimentos práticos nas REPM. Demonstramos que na NR - 33, tem-se na prática as definições visualizadas de largura, altura e comprimento. Na REPM, o comprimento não é definido, fixo ou visualizado, determinando o monitoramento constante, exigindo que os servidores públicos que adentrarem nesses espaços sejam capacitados e experientes. São servidores estatutários, como ocorre aos servidores de regime da consolidação das leis trabalhistas - CLT. Que as REPM têm equivalência com os ditos espaços confinados da NR -33, são como particularidade desta, em suas condutas preventivas e corretivas, interagindo ações mais amplas do servidor na função de SE com os autorizados. Como suas capacitações preliminares, e a rastreabilidade dos EC existentes no município, são diferenciados e numerosos, quanto suas localizações e denominações, os servidores de regime estatutários são os grandes protagonistas destas ações, sem amparo legal e constante, diferentemente que ocorre com os servidores públicos federais norte americanos, que são amparados por regulamentações como o CFR-29 (Code of Federal Regulations, título nº 29).

Palavras chaves: Rede de esgotos pluviais ou mistas (REPM), espaços confinados (EC), servidores públicos estatutários, supervisor de entrada (SE), vigia ou autorizados; norma regulamentadora (NR 33).

¹ Operador de Rede. Pós Graduando em Engenharia de Segurança do Trabalho – UNISINOS/RS. Março/2010

² Orientador e Professor da Pós Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho – UNISINOS/RS

WORK PROCESS ON RAIN SEWAGE AND MIXED NETWORKS OF PORTO ALEGRE CITY: RE- ADAPTATION OR AMPLIFICATION OF PIPELINES AND PROCEEDINGS ON THE NR-33 REGARDING

SAFETY AND HEALTH DURING WORKS ON CONFINED SPACES

Abstract

This article aims to demonstrate the working procedures of public servants, especially those with a statutory regime, the coordination of tasks and preventive and corrective actions of sewage or rainwater mixed in Porto Alegre city. The methodology was applied to the executive and comparative analysis between NR - 33, and routine procedures in the sewerage and stormwater mixed (REPM) by evaluating each item on the differences, taking into account their structure and practical procedures in REPM. We demonstrate that the NR - 33, has in practice settings displayed in width, height and length. In REPM, the length is not defined, fixed or displayed, by determining the constant monitoring by requiring public servants who step into these spaces are trained and experienced. Servers are statutory, as in the server system of consolidation of labor laws - CLT. That REPM have equivalence to the so-called confined spaces of NR - 33, are the peculiarities of this in their conduct preventive and corrective actions interacting broader server function with the entrance supervisor (SE) dealers. As your primary skills, and traceability of the EC in the municipality, are differentiated and numerous, as their locations and names, servers statutory scheme are the great protagonists of these shares, without legal support and constant, unlike the case with civil servants federal Americans, who are supported by regulations such as CFR-29 (Code of Federal Regulations, Title No. 29).

Key words: Rain sewage or mixed networks, Confined Spaces, Public employees, Authorized Regulatory Normative number 33.

1. INTRODUÇÃO

A lei orgânica do município de Porto Alegre, atualizada até a emenda nº 28 de 20/5/2009, no seu artigo 224 estabelece: "Saneamento básico é ação de saúde pública e serviço público essencial, implicando seu direito de garantia inalienável ao cidadão", dentre outras. A drenagem das águas pluviais, sua coleta, ou seja, os deflúvios superficiais oriundos da não evaporação, retenção vegetal ou infiltração no solo, às redes públicas pluviais ou mistas ao seu destino final."

O problema é quando o sistema de esgotamento pluvial ou misto não funciona de forma parcial ou total, ou quando seus dutos ou galerias de concreto apresentam patologias em suas estruturas, provocando erosões no solo e, instabilidade nos pavimentos públicos. Isso pode acarretar problemas no passeio, pista de rolamento, áreas particulares, afetando as edificações existentes, inclusive, gerando riscos à vida dos pedestres, motoristas e moradores locais. Este fato dá-se de uma resultante de precipitações pluviométricas (chuva) intensas ou vida útil da REPM (rede de esgoto pluvial ou mista), ultrapassada e em deterioração da estrutura, ou após alagamentos em grandes áreas, como a que ocorreu em 1941.

Neste cenário, às vezes, catastrófico, primeiramente os servidores públicos do Departamento de Esgotos Pluviais - DEP, atuam através de ações imediatas na resolução do problema e restauração para o funcionamento da REPM.

O DEP foi criado pela Lei Municipal nº 3780 de 17/7/1973, resultado do grupo de trabalho pluvial, formado por servidores e representantes dos Departamentos Municipais de Água e Esgotos - DMAE, de Limpeza Urbana - DMLU, Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV, com a

missão, dentre outras, de manter 3000km de REPM e, em torno de 150 mil poços de visitas e bocas de lobo, bem como, em funcionamento, o sistema de proteção contra cheias, no qual incluem-se 18 casas de bombas, envolvendo 270 pessoas entre servidores³ e terceirizados.

A equipe de monitoramento em espaço confinado - EMEC do departamento, oficializada em novembro de 2008, constitui-se por servidores estatutários, três regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, em extinção no quadro funcional; nas funções de supervisores de entrada (2 servidores estatutários) e vigias ou autorizados (46 servidores). As seções de conservação executam ações de desobstrução da REPM, por exemplo, com máquinas ou outros equipamentos manuais, sem acesso de pessoas no espaço confinado - EC. A equipe coordenada pelos supervisores de entrada é acionada, quando a primeira ação não atinge o objetivo. O monitoramento e posterior adentramento a rede de esgotos, demonstram, em suas condutas preventivas e seguras, acrescidas da prática e conhecimento na atividade, a verificação das peculiaridades existentes nas REPM em conformidade previstas na NR33, apesar de sua amplitude, para espaços confinados diversos, das mais variadas atividades econômicas. A REPM, como sistema de coleta e escoamento de esgotos pluviais ou misto, isto é, recebimento de esgoto sanitário, após tratamento primário ou secundário, proporciona um ambiente interno passível de aquisição de doenças diversas, risco biológico, químico e mecânico, com maior ênfase.

Leptospirose, hepatites, dermatites, infecção respiratória, são algumas patologias que podem ser adquiridas se o trabalhador não estiver devidamente capacitado e utilizando equipamentos de proteção individual – EPI, adequado ao local, ou seja, previsto antecipadamente, pelo supervisor de entrada - SE, quando em procedimento de monitoramento e avaliação do acesso de adentramento.

Riscos mecânicos, como quedas, escorregamentos ou impacto com a cabeça na parte superior do duto ou galeria da REPM, pelos servidores autorizados no adentramento é, praticamente nulo, pois além da capacitação realizada, experiência adquirida, roupas impermeáveis, luvas tipo PVC, botas de borracha antiderrapante, máscara semifacial tipo PFF-2, peça facial filtrante, com carvão ativado, óculos de proteção e capacete, acrescido de cinto pára-quedista, por exemplo, são os equipamentos mínimos, utilizados pela EMEC.

O SE, além dos EPI acima mencionados, têm como equipamento fundamental e decisivo, o monitor de quatro gases, ou seja, oxigênio, monóxido de carbono, gás sulfídrico e os de explosividade, além do bloco de Permissão de Entrada de Trabalho – PET e equipamentos de adentramento com segurança ou resgate, como o tripé com corda compatível com o ambiente e situação, para movimentação vertical, seja para segurança no acesso, seja para resgate (figura 1).



Figura 1: Equipamentos de adentramento com segurança ou resgate, como o tripé com corda compatível com o ambiente e situação.

1.1 BREVE HISTÓRICO CONCEITUAL

³ Servidores Públicos Municipais do Departamento de Esgotos Pluviais composto por de regime estatutários 81 %, celetistas 9%, cargos em comissão 3% e estagiários 7%, sendo 77% masculino e 23% feminino. Dados obtidos em pesquisa realizada internamente, no período de maio/junho de 2009.

O termo trabalhador é definido pelo Dicionário Aurélio como aquele que ama o trabalho, pessoa que trabalha, empregado, operário. Posto isso, faz-se uma breve análise sobre o problema conceitual gerado na criação do termo servidor. Nesse dicionário, servidor é aquele que serve a alguém ou a uma instituição; servo, servente, empregado. Dentro da esfera pública, o trabalhador é designado servidor público sendo regido por legislação própria que muitas vezes difere da CLT em alguns aspectos como um ter fiscalização do MPT (Ministério do Trabalho e Emprego) constante, o outro não (somente em caso de risco grave e eminente a vida do trabalhador).

Expressões verbais proferidas, principalmente por pessoas com conhecimento em segurança e saúde do trabalho, quando mencionam, trabalhador, ocultamente, referem-se aos de regime CLT. Ao contrário, servidores públicos, referem-se aos que estão lotados nas esferas: Federais, Estaduais e Municipais, mas esquecem que "dentro" do conjunto servidores públicos, são compostos por trabalhadores regidos pela CLT, Cargos e Comissão, Contratados, Estagiários, Terceirizados e, numa parcela maior, mas "esquecida" pelas legislações de Segurança e Saúde do Trabalho, os Servidores Estatutários, ditos servidores de carreira.

Assim, fica claro para efeitos de segurança do trabalho, que essa parcela de trabalhadores deva ter legislação diferenciada, para que não fique a mercê do entendimento da administração daquele período, bem como uma norma reguladora dos serviços em EC que contemple as peculiaridades das REPM e dos servidores estatutários autorizados para este fim.

2. OBJETIVOS

EMEC, com o seu supervisor de entrada e autorizados, quando solicitados pela chefia de alguma seção de conservação ou da seção de obras e projetos, procede, de acordo com o que determina a NR - 33, em suas medidas técnicas, administrativa e pessoal, mas ao monitorar e verificar a estrutura de acesso, fluxo do esgoto, atmosfera interna, até o fundo da REPM, tendo condições e preenchido a PET, libera o acesso aos demais servidores.

Nesta situação, assemelha-se da NR - 33, mas o supervisor acompanha a equipe de autorizados, à frente do grupo, monitorando constantemente, e, após o término da atividade solicitada, retorna com o grupo, mas no final do grupo, ou seja, o que define sua posição, é o fluxo da ventilação que pode mudar sua posição.

Acessos intermediários, caso necessário, são abertos e tendo servidores na função de vigia, como observadores e, também, saídas estratégicas em situações emergenciais em caso de mudança das condições climáticas ou situação não prevista (como aumento inesperado do fluxo do esgoto, com acréscimo da fuga de água potável de uma adutora nas proximidades).

Apesar a EMEC ser constituída por servidores de regime estatutário, em sua grande maioria, sem ter as mesmas prerrogativas dos trabalhadores da CLT, no que tange, fiscalização constante em segurança e saúde do trabalho e as normas regulamentadoras federais, em sua totalidade, têm a obrigatoriedade de manter o sistema de redes pluviais existentes em operação satisfatória, fazendo-os a buscarem adaptações compatíveis nas normas regulamentadoras federais, às suas particularidades funcionais e procedimentos nas atividades com segurança e saúde.

Assim, o objetivo desse trabalho é fazer uma revisão e comparação das atribuições para o caso de trabalhadores regidos pela CLT e pelos servidores regidos por estatuto do funcionário público levantando as principais diferenças e, ainda, traçar um paralelo entre a teoria e a prática nos serviços no quesito segurança e saúde do trabalho.

3. PROCEDIMENTOS ANALÍTICO E COMPARATIVO NAS CONDUTAS PRELIMINARES E EXECUTIVAS EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NO ADENTRAMENTO NAS REPM.

Nesse capítulo, discorre-se sobre os procedimentos analíticos e comparativos nas condutas preliminares e executivas em segurança e saúde do trabalho no adentramento nas REPM conforme determina a NR - 33 em comparação com a prática.

Pela análise comparativa foram verificados os dados, as informações e os diversos graus de exigências. Os itens comparativos foram selecionados, levando em conta o que determina a norma e a complexidade dos trabalhos nas REPM.

Para avaliar a arquitetura e o conteúdo programático da norma e prática nas REPM, foi realizada comparação em caráter mais específico, onde utilizou-se quatro quadros para facilitação visual dos quesitos e a elaboração de suas respectivas análises.

Nesses quadros, expõe-se apenas os quesitos que divergem ou, cuja prática, implica o que a norma determina. Obviamente, outros quesitos, embora não expostos, são praticados em sua totalidade, sem a necessidade de comparações.

Quadro I - Comparativo da Definição:

REPM NR-33 Definição de Espaço Confinado: Definição: Qualquer área ou ambiente não projetado para É o conjunto de galerias pluviais e a ocupação humana contínua (geometria) que equipamentos de drenagens⁴. possua meio limitado de entrada e saída Constituída geometricamente, por dutos com diâmetros internos variáveis, de 0,10 a 2,20 (acesso) cuja ventilação existente metros ou do tipo quadrado, retangular, de insuficiente para remover contaminantes ou possa existir a deficiência ou enriquecimento uma ou mais células paralelas, de diferentes dimensões, largura, altura e comprimento ou de oxigênio (atmosfera) logo,EC.=geometria(definida)+acesso+atmosf extensão. era(constante e limitada). logoREPM=geometria(variável)+acesso+atmo sfera(variável e ilimitada

A definição de EC conforme a NR-33 é bem específica, identificativa e geometricamente definida, ou seja, são visualizadas as três dimensões básicas: largura, altura e comprimento. Tem como a efetividade no controle, desde identificação da atmosfera presente, seu deslocamento (purga ou inertização) caso necessário, até seu controle de volume e possíveis reações.

Na REPM, tendo a conduta inicial de monitoramento conforme a NR - 33, a atmosfera presente é variável, ilimitada e sem condições de estabilizar e controlar esse ambiente. O nível de oxigênio, em relação à profundidade e acesso de ventilação externa é diretamente proporcional com atmosfera externa e a condição do fluxo do esgoto pluvial ou misto (figura

2).

⁴ REPM - Rede de Esgotos Pluviais ou Mista, ou seja, 29% no município são misto e apenas 20 % do esgoto cloacal coletado é tratado.



Figura 2: Vista interna do ambiente confinado

Na norma avalia-se enriquecimento ou deficiência de oxigênio, na REPM, em comparação, sempre tem oxigênio compatível a adentramento neste espaço, mas não se pode descuidar de outros gases, seja tóxicos, sufocantes ou explosivos (inflamáveis) que podem variar de acordo com o bairro na cidade.

Quadro II – Das Responsabilidades e Deveres

NR – 33	REPM
33.2 - Das responsabilidades	Responsabilidade:
33.2.1 - Cabe ao empregador :	Capítulo I - Princípios
a)indicar formalmente o Responsável Técnico pelo cumprimento desta norma.	1.2 – No âmbito do município de Porto Alegre, a drenagem pluvial urbana é de competência única e exclusiva do DEP. Suas diretrizes técnicas devem ser seguidas tanto pelos órgãos públicos como pelas empresas privadas ⁵ . Diretor do DEP indica o RT da
b) identificar os espaços confinados existentes nos estabelecimentos;c) identificar os riscos específicos de cada	implementação da NR 33 no Departamento, bem como o seu auxiliar técnico.
espaço confinado;	Área de atuação do departamento, como estabelecimento é o município de Porto Alegre, sendo inviável identificação dos EC nos 3000Km de rede pluviais existentes e
d,e,f,g,h,i e j.	mais 150000 poços de visitas(PV) e bocas de lobo(BL), bem como os riscos específicos,
33.2.2 – cabe aos trabalhadores (da CLT)	pois varia de acordo com a região ou bairro;
a) Colaborar com a empresa no cumprimento	Mesmo procedimento;
desta NR.	Capítulo III Artigo 196. ⁶
Obs. Empresa = empregados = geração de	São deveres dos funcionários:

⁵ Caderno de Encargos do Departamento de Esgotos Pluviais-DEP-2005.

⁶ Lei Complementar nº 133 de 31/12/1985, dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre.

lucro. VII – observar as normas legais e regulamentares;

Das responsabilidades e deveres, conforme prescreve a NR33, para o empregador e empregados, sobre a regência da consolidação das leis trabalhistas, pela sua observância obrigatória é mais enfática nas atribuições e o cumprimento, e sempre passíveis às ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, responsabilizando-os, em caso de não cumprimento das normas de seguranças, neste caso a NR - 33. Já no âmbito municipal, os gestores públicos e servidores, principalmente os estatutários, têm-se, em caráter facultativo e sugestivo a NR - 33. Existem alguns gestores que não priorizam a saúde e segurança do trabalho, por não ser obrigatório o cumprimento da norma.

Na atual gestão do DEP, esta norma vem sendo implementada a cada dia proporcionando condições de trabalho aos servidores e oportunizando capacitações na área de segurança e saúde do trabalho, sendo referência a outras repartições da Prefeitura, pelas iniciativas e conscientização.

Quadro III - Gestão de Segurança e Saúde e o Programa de entrada em Espaço Confinado: Aspectos Específicos:

NR-33	REPM
3.3.2-Medidas Técnicas de Prevenção a) identificar, isolar e sinalizar os EC, para evitar a entrada de pessoas não autorizadas;	Essa ação é feita antes e durante os procedimentos de adentramento. Após o serviço, todo os materiais e equipamentos são recolhidos, depois do lacramento do acesso ao PV/BL(se for de concreto) ou fixado firmemente a rosca (se for tampa de ferro fundido);
b); c);	Mesmo procedimento;
d) prever a implantação de trava, bloqueio, alívio, lacre e etiquetagem;	Não ocorre no adentramento em REPM;
e) implementar medidas necessárias para eliminação ou controle dos riscos atmosféricos em EC.;	Eliminação inviável; controle é feito pelo SE, que acompanha a equipe durante o adentramento;
f) avaliar a atmosfera no E.C. antes da entrada de trabalhadores para verificar se o interior é seguro;	O S.E. efetua a avaliação atmosférica antes do adentramento dos demais autorizados, mas o mesmo continua a avaliação que estende-se até o fundo do acesso, avisa o vigia das condições encontradas e sendo favoráveis autoriza o adentramento dos demais autorizados, previamente conhecidos, e os acompanha na atividade, sempre monitorando O SE é o primeiro a entrar e o último a sair.
g) manter condições atmosféricas aceitáveis na entrada e durante toda a realização dos	Somente o S.E. monitora constantemente o local, antes e durante o adentramento com a

trabalhos, monitorando, ventilando, purgando, lavando ou inertizando o EC;

h); i); j); k);

33.3.2.3- As avaliações atmosféricas iniciais devem ser realizadas fora do EC;

33.3.2.4- Adotar medidas para eliminar ou controlar os riscos de incêndio ou explosão em trabalhos a quente, tais como solda, aquecimento, esmerilhamento, corte ou outros que liberem chama aberta, faísca ou calor.

33.3.2.5- Adotar medidas para eliminar ou riscos de inundação, controlar OS soterramento. engolfamento, incêndio, elétricos, choques eletricidade estática. queimaduras, escorregamento, quedas, impactos, esmagamento, amputações e outros que possam afetar a segurança e saúde dos trabalhadores.

33.3.3-Medidas Administrativas

a) manter cadastro atualizado de todos os EC inclusive dos desativados e os respectivos riscos;

b) definir medidas para isolar, sinalizar, controlar ou eliminar os riscos no EC;

c) manter sinalização permanente junto a entrada do EC;

d);e);f);g);h);i);j);k);l);m);n);o);p);

33.3.3.1 à 33.3.3.3-P.E.T.

33.3.4-Procedimentos para trabalho em E.C.

equipe de autorizados. Não têm como "manter" as condições atmosféricas aceitáveis, com exceção em obras de assentamento de REPM, por parte ou seção ou trecho, pois não está em operação;

Mesmo procedimento;

Procedimentos semelhantes acima citado em REPM.(item f da NR33);

Mesmo procedimento, principalmente em obras novas sendo realizadas por terceirizadas;

Mesmos procedimentos, contudo em dias de precipitação pluviométrica (chuva) ou com possibilidades reais de ocorrer chuva, não têm adentramento, contudo. em situação emergencial, procedimentos os adentramento, com acompanhamento do SE, somente autorizado, pontual identificativo para localização de "barreira" ou ruptura, por autorizado experiente, para a resolução do problema;

São 3000km de REPM e mais de 150 mil poços de visitas - PV e, bocas de lobos - BL, sem condições humanas e equipamentos para a realização desse procedimento;

Somente quando em atividades para adentramento efetuamos o isolamento, sinalização, com controle constante pelo SE e com servidores capacitados diminuímos em muito os riscos, mas sem sua eliminação, para isto exigirá mais recursos financeiros para esse fim.

Uma das medidas será executada pelo DMAE, a melhoria de coleta de esgotos cloacais, de 20% para 77% nos próximos três anos, diminuindo o acréscimo de esgotos mistos existentes nas redes pluviais;

Sem condições de aplicação nas REPM

Mesmo procedimento;

Mesmo procedimento;

Mesmo procedimento, mas com a participação

e a permissão de entrada e trabalho-P.E.T. (...) 33.3.3.5-Procedimentos de entrada de trabalho-P.E.T.(...)

33.3.4- Medidas Pessoais:

33.4- Emergência e salvamento:

da GSSM-SMS e CSST-DEP⁷

Mesmo procedimento, somente diferenciando o item e da norma, será solicitado pela Direção do departamento, GSSM-SMS ou da CSST-DEP(5)

Mesmo procedimento;

Utilizamos serviços disponíveis públicos, como o SAMU e BOMBEIROS, caso não consigamos reanimar o servidor, no 1º atendimento, conforme a capacitação proferida em 1º socorros ou em situação não prevista;

O objetivo da NR - 33 é alcançado quase que na sua totalidade no que se refere ao cumprimento das medidas técnicas de prevenção, medidas administrativas, pessoais e capacitação para atuação de adentramento na REPM.

Vale ressaltar que a NR - 33, na prática, principalmente em áreas privadas, têm seus EC específicos e limitados, como por exemplo, o Pólo Petroquímico e industrias em geral, Termoelétricas, Silos e Armazém etc...

Em REPM, sua implantação requer melhor adaptação para esse tipo de área de atuações, não definidas e com padrões variáveis que a cada incursão de adentramento, não têm uma repetição de conduta, mesmo sendo no mesmo local de adentramento ocorrido, no passado (figura 3).



Figura 3: Exemplo de local de adentramento

Quadro IV - Capacitação para trabalhos em EC e Treinamentos

NR-33 REPM

⁷ Gerência de Saúde dos Servidores Municipais, GSSM da Secretaria Municipal da Saúde, SMS e Comissão de Segurança e Saúde do Trabalho, CSST, do Departamento de Esgotos Pluviais - DEP.

33.3.5-Capacitação para trabalhos em EC

Mesmo procedimento, porém com adaptação conforme a especificidade da atividade vigente.

Capitulo II (Lei Complementar nº 133 de 31/12/1985, dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre).

Artigo 196

XI - Freqüentar curso legalmente instituídos para seu aperfeiçoamento e especialização

A NR-33 determina que os trabalhadores sejam capacitados, nas funções de supervisão de entrada, de vigias ou autorizados a adentrarem nos EC, mesmo que os servidores públicos estatutários, foram capacitados, conforme a norma, mas adaptados as particularidades das REPM.

4. DISCUSSÃO

A definição de EC pela NR-33, baseia-se na presença de três critérios distintos e simultâneos, ou seja, geometria, acesso e atmosfera. Sendo equivalente, nas REPM, a geometria tem variação na extensão ou comprimento, tendo ao longo outros acessos, ditos secundários que também servem de saída emergencial.

A entrada para ventilação do ambiente e posto de vigia pelos servidores autorizado sem condições de bloqueios adentra possíveis gases, contaminantes, ligações domiciliares de esgoto pluvial ou sanitário, após o tratamento primário (fossa séptica), ou secundário (fossa séptica e filtro anaeróbico), ou em vários casos já confirmado, ligações irregulares, despejam esgotos "in natura", e os deflúvios superficiais ou vertentes, tornando-se a atmosfera variável, necessitando, permanentemente o monitoramento executado pelo SE em acompanhamento a equipe de autorizados.

A NR-33 é uma poderosa ferramenta de condutas e prevenções dos riscos existentes nos EC, nas quais são referencias nos procedimentos de adentramento nas REPM. Agregando a outros instrumentos de gestão, como a APR - Análise Preliminar de Riscos as capacitações e procedimentos são realizados pela EMEC - DEP, com maior abrangência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equivalência de procedimentos em trabalhos na rede de esgoto pluvial ou mista REPM efetuados pelos servidores públicos estatutários, em sua grande maioria, nas funções de supervisores de entrada, vigias ou autorizados, conforme a norma corrente, são diferenciados, em sua plenitude e complexidade no que determina a NR33. As reflexões quanto a necessidade de conhecimento prático, das atividades que a EMEC - DEP, realiza, por servidores, sejam estatutários ou CLT, envolvidos na prevenção segurança e saúde do trabalho são claras.

Para aqueles que conhecem a NR - 33, e convivem nas atividades de adentramento nas REPM, têm a certeza que a norma proporcionou conhecimentos que até algum tempo atrás, era desconhecido. Saliento que conforme a norma, as ações de adentramento eram totalmente inseguras e imprevisíveis. Até o momento não ocorreu nenhum acidente significativo (como sufocamento, desmaios ou afogamento dentro das REPM), pois as experiências adquiridas no diadia, acrescentadas com uma dose de cuidado fazem com que os servidores tenham mais atenção. Contudo, as contaminações por organismos patogênicos, eram inerentes aos cuidados do grupo,

pois esta ação depende única e exclusivamente do uso de EPI.

A resolutividade na REPM, quando obstruída, obedece a um fluxo já instituído pelo DEP, na busca do uso de ferramentas manuais localizando e providenciando a retirada da barreira que obstrui o esgoto. Não havendo sucesso desta ação, a equipe utiliza recursos como instrumentos mecânicos, seguido de um suporte de caminhão acoplado com equipamento de hidrojateamento, para efetuar a desobstrução da rede. O adentramento é feito, nesse caso, com toda a segurança e monitoramento possível, por servidores experientes, somente para a localização da barreira e pontual, ou seja, sem adentramento no duto ou galeria, para posterior localização e uso de maquinário de escavação. Adentramento com incursão, pelas equipes de EMEC - DEP, somente para avaliação técnica, liberação de obra ou reparação pequena da estrutura (figuras 4a, 4b e 5).



Figura 4a e b: Ponto de adentramento acompanhado pelo supervisor de entrada da EMEC - DEP.



Figura 5: Ponto de adentramento na parte interna do ambiente confinado

"Acidentes no trabalho e moléstias profissionais são privilégios exclusivos dos trabalhadores celetistas ou irregulares..." (LOPES, 1998). Legalmente é o que preconiza a lei hoje. Os servidores públicos de regime estatutários, que executam funções iguais ou mais complexas que dos CLT, ficam no limbo, tendo apenas a seu favor, o tempo de serviço num mesmo local e a "memória" latente, das atividades praticadas, no que tange, serviços públicos. A cada quatro anos, existe uma mudança total ou parcial de gestores, que devido ao vínculo político, na maioria das vezes, não são servidores estatutários, mas mantém o propósito de atender aos anseios da comunidade, sanando as deficiências que ficaram de gestões anteriores e buscando diminuir riscos para comunidade. Contudo espero que os gestores analisem alternativas de isonomia de direitos relacionados a segurança e saúde no trabalho, independente do Regime Jurídico.

6. AGRADECIMENTOS

O autor agradece aos diretores do DEP, o apoio e oportunidade em praticar ações e capacitações no departamento. Aos Auditores Fiscais do MTE, Srs. Sergio Garcia, Roque Puiatti e Luiza Tânia pela orientação e dedicação dispensada, aos colegas do departamento que há 24 anos tem-se dedicado na luta em manter a segurança e saúde no trabalho. Aos colegas de pós - graduação pela amizade e união. A família pelo incentivo e a sua esposa e filhos por estarem sempre apoiando em suas ações e condutas.

Referências:

LEI nº 6514: Altera o Capítulo V do Titulo II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Normas Regulamentadoras nº 1 a 33. Publicada no DOU de 22/12/1977. Brasília, 1977.

LOPES, L. F. P. Citação em Gestão da CIPA 98/99, Regimento Interno, Porto Alegre, 1998.

NR-33- Segurança e saúde nos trabalhos em espaço confinado. Publicada no DOU Nº 247, DE 27/12/2006, SEÇÃO 1, p. 144. Brasília, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Caderno de Encargos - CE-DEP/2005, Decreto Municipal nº 14786,de 30/12/2004. Porto Alegre, p. 96, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho – CSST (Decreto Municipal n°14.705 de 05/11/2004).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE, Esgoto, "números na cidade". Disponível em: http://www.portoalegre.rs.gov.br acesso em 9/2/10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Gerência da Saúde do Servidor Municipal de Porto Alegre - GSSM (Decreto Municipal nº 15.042 de 02/01/2006).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Lei Complementar nº 133 de 31/12/1985 (Estatuto dos Funcionários Público do Município de Porto Alegre).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (atualizada até a emenda nº 28 de 20/5/2009).

A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO NUMA VISÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

Simone da Rocha Custódio(PREVIMPA)¹

Pensei neste tema com a idéia de levar aos colegas servidores públicos um pouco da minha visão sobre a Previdência Pública, em especial a dos servidores Públicos do Município de Porto Alegre, porque profissional do Direito, mas também pessoa envolvida com a administração e a gestão do PREVIMPA.

Para uma compreensão abrangente do que seja Previdência, é importante lembrar que ela faz parte, juntamente com a Assistência e a Saúde, da SEGURIDADE SOCIAL. Trata-se de Direito Social previsto na Constituição Federal.

A Lei Maior do País garante o acesso à Assistência, à Saúde e à Previdência Social. A questão que nos preocupa é justamente o funcionamento, na prática, dessas garantias, tão essenciais à dignidade da pessoa humana.

Como vimos, a Seguridade Social é gênero, do qual fazem parte à assistência, a saúde e a previdência, por isso não podem ser confundidas entre si, e, como a experiência já demonstrou, devem ser administradas de forma independentes.

Previdência Social é Seguro Social Coletivo, destinado a dar proteção material nos momentos especiais da vida humana, todos previsíveis, embora alguns sejam certos e outros infortúnios. Social porque dirigida à Sociedade como um todo ou a grupos de pessoas, como veremos adiante.

No Brasil o Sistema Previdenciário admite três Regimes distintos, que muito resumidamente assim podem ser entendidos:

1) **Regime Geral**: público, aberto e obrigatório a todos os trabalhadores da iniciativa privada, admitindo, ainda, a participação facultativa de outros segurados (estudantes, donas de casa, desempregados...). É administrado pela União, através do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

2) **Regime Complementar**:

- 2.1) aberto (planos individuais, acessíveis a qualquer pessoa física, em geral administrados por instituições bancárias);
- 2.2) fechado (planos de benefícios restritos a determinados grupos de trabalhadores ou de empresas, administrados por instituições privadas);

A União, os Estados e os Municípios também podem instituir Regime Complementar, hipótese em que os benefícios dos servidores que ingressarem após a sua instituição ficarão limitados ao teto previsto para o Regime Geral de Previdência Social (GPS). Se criado, será facultativo. O servidor efetivo que tiver ingressado no serviço público até a data de instituição do regime complementar, somente por opção, ficará sujeito às novas regras (teto dos benefícios e opção pelo regime complementar).

¹ Assessora Jurídica do PREVIMPA, ex-Conselheira do Conselho de Administração do PREVIMPA

3) **Regime Próprio**: público, fechado e exclusivo de servidores efetivos. Administrados pelos respectivos Entes (União, Esta-dos ou Municípios).

Somente podem ser segurados de Regime Próprio de Previdência o servidor público detentor de cargo de provimento efetivo, os quais são regidos por Estatutos (Regime Jurídico Estatutário).

O servidor público vinculado ao Regime Jurídico Celetista é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS.

O servidor público detentor, exclusivamente, de cargo em comissão ("CCpuro"), embora vinculado à Regime Jurídico Estatutário, é segurado obrigatório do Regime Geral (INSS).

A partir de dezembro de 1998 (EC20/98), a Previdência Social do Servidor Público, detentor de cargo efetivo, sofre importante modificação em sua concepção, pois a garantia previdenciária ficou vinculada à respectiva contribuição social, de forma compartilhada entre o Poder Público e o servidor.

No Município de Porto Alegre, o Regime Próprio de Previdência (RPPS), após período de transição (setembro/2001 a agosto/2002), passou a ser administrado pelo PREVIMPA, Autarquia Municipal estruturada através da Lei Complementar n.º 478/02.

O RPPS dos servidores do Município de Porto Alegre (Centralizada, Autarquias, Fundação e Câmara Municipal) possui dois Sistemas Financeiros, administrados separadamente:

Repartição Simples: integrado por servidores ingressantes no Município até 09/09/2001. Típico sistema de repartição solidário, baseado no "denominado pacto entre gerações" (servidores em atividade financiando os benefícios dos inativos e de seus dependentes), conceito que hoje entendo enfraquecido nos RPPS em face da instituição da contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas. Também financiado pelo Poder Público, que atualmente suporta importante déficit, já que a sua parte contributiva somada a dos respectivos servidores são insuficientes para a cobertura dos benefícios no mesmo período.

Capitalização: integrado por servidores que ingressaram a partir de 10/09/2001. Neste Regime o foco está no equilíbrio financeiro e atuarial, pois há formação de reservas para pagamento dos benefícios devidos ao grupo, ou seja: as contribuições do Ente e dos servidores são reservadas (Fundo Financeiro) para posterior utilização, já que o grupo, por ser novo, possui insignificantes compromissos. A tendência é que a maior parte destes recursos fiquem capitalizando por longo período, e vem daí a grande preocupação com sua administração.

Importante registrar que esse Regime não se trata de Regime de Capitalização Individual, em que o Plano de Benefícios é de Contribuição Definida, onde cada participante possui uma conta individual, cujo saldo será utilizado para pagamento de benefício de valor indefinido.

No caso do Município de Porto Alegre, podemos entender o Regime de Capitalização como um Sistema de Capitalização Coletiva, onde estão presentes características do regime de Repartição, como a solidariedade entre os participantes, pois os valores arrecadados são utilizados para pagamento dos benefícios do grupo e o Plano é de Benefício Definido, no qual o segurado sabe de antemão qual será o valor do seu benefício. A necessidade premente e constante é de que as alíquotas contributivas estejam equilibradas, por isso a obrigatoriedade de que anualmente sejam realizados os cálculos atuariais.

A diferença com a Repartição Simples é que na Capitalização são formadas reservas para utilização futura. Entretanto, se os recursos não forem devidamente aplicados, utilizados de forma indevida e/ou se as alíquotas não estiverem compatíveis com as necessidades do grupo (pagamentos e formação de poupança), poderá haver o esvaziamento da reserva, o que o transformará, automaticamente, em um "Simples Regime de Repartição".

Por outro lado, embora a preocupação seja válida ela pode ser amenizada porque contamos com uma legislação federal bastante rígida, somada aos meios de controle existentes (Ministério da Previdência, Tribunais de Contas e Controles Internos - Auditorias e Conselhos).

Registre-se que a atuação dos órgãos de controle interno é imprescindível e de fundamental importância.

Quando se fala em Regime de Capitalização, destaca-se, de pronto, a gestão dos ativos financeiros. A decisão quanto a terceirizar ou não esse serviço deve ser cautelosa, pois aos administradores compete não só a proteção dos recursos, mas também fazer com que o capital acumulado tenha rentabilidade mínima.

No PREVIMPA a gestão dos ativos é realizada internamente, por servidores segurados do RPPS, conforme decisões do Comitê de Investimentos.

Não podemos esquecer que a preocupação com a gestão é conseqüência de algo positivo. Estamos falando de reservas, de poupança, de planejamento para o futuro, com o objetivo de evitar-se a atual e palpável aflição (dos servidores e dos governos): o déficit decorrente do passado.

Existem, por óbvio, todas as demais questões relativas à administração dos RPPS, também de significativa importância, como não só a observância das regras legais concessivas dos benefícios, mas também a análise minuciosa da documentação apresentada, o acompanhamento das decisões judiciais, a adequação da legislação de forma a preservar o Ente e, em especial, garantir o rápido acesso aos direitos dos segurados e beneficiários do Regime, pessoas que quando chegam até nós normalmente estão em momentos especiais e/ou delicados da vida.

FORMAÇÃO DE ADULTOS DO PROJETO GRAXAIM

Ana Eleonora Sebrão Assis (SME)¹
Janete Teresinha da Silva Barcellos (SME)²
Lorena Hauberth de Lima Pimente (SME)³

INTRODUÇÃO

O Projeto Graxaim é uma ação da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer do município de Porto Alegre, voltado para proporcionar recreação infantil sistemática para crianças de 2 a 6 anos, não incluídas na rede de Educação Infantil, e também para auxiliar na formação continuada de adultos envolvidos com o cuidado e a educação de crianças, sejam estes educadores sociais, educadores leigos, professores ou voluntários em geral.

Esta formação continuada surgiu a partir da observação de atitudes e palavras de líderes comunitários envolvidos com as ações recreativas da Secretaria de Esportes, em que demonstravam que não tinham em sua história pessoal lembranças significativas de prazer no ato de brincar, já que suas intervenções com as crianças eram geralmente no sentido de manter a ordem e o silêncio.

Iniciamos então este trabalho em 1997, de maneira simples, durante o atendimento das crianças, mas percebemos que precisávamos atingir mais pessoas, pois uma grande quantidade de crianças estava sendo "cuidada" por adultos sem o conhecimento do desenvolvimento infantil.

Partimos então para as formações nas próprias comunidades onde tínhamos grupos de Graxaim. Nossos questionamentos eram: como as crianças brincam nos dias que não tem atendimento? Com quais brinquedos elas exploram o ambiente em que vivem? Como age o adulto cuidador com quem a criança passa o dia? Como o brincar da criança é respeitado no dia-a-dia?

Qual nosso papel no compartilhamento do conhecimento que adquirimos nestes anos de estudo?

E por fim: quantas crianças seriam beneficiadas com o conhecimento adquirido por seu cuidador? Se cada cuidador e/ou educador que fizesse nossa formação tivesse sob sua responsabilidade 10 crianças, o impacto final seria bem grande.

Com certeza este desejo de multiplicar o conhecimento nos motivou a dar prosseguimento às formações. E foi assim que nos vimos envolvidos em um trabalho com duas ações pontuais: o atendimento de crianças de 2 a 6 anos, e a formação de adultos.

Construímos nossos encontros de formação de maneira que primeiro proporcionamos aos adultos o brincar de forma prática, e somente depois é que fazemos a reflexão sobre os conteúdos do que foi vivenciado. Para trabalharmos com crianças temos que reconhecer em nós mesmos a nossa infância (nossa essência de humanidade está lá); para nos vermos como humanos temos que manter nossa infância viva.

Assim, desde 2000 estamos multiplicando o conhecimento, possibilitando que outros

¹ Ana Eleonora Sebrão Assis é graduada em Educação Física, especialista em Natação e Educação Física Pré-Escolar e Escolar. É professora da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, responsável pelo Projeto Graxaim e líder da ação *Atividades recreativas para crianças de 2 a 6 anos*, do Programa Lugar de Criança é na Família e na Escola. E-mail: aninha@sme.prefpoa.com.br Fone: 32894868 / 84247400.

² Janete Teresinha da Silva Barcellos é graduada em Educação Física e Biologia, especialista em Treinamento físico e desportivo e especialista em Saúde Pública. É professora da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, responsável pelo Centro de Comunidade George Black. E-mail: janetebarcellos@gmail.com Fone: 32199836 / 99627027.

³ Lorena Hauberth de Lima Pimentel é graduada em Educação Física e especialista em Voleibol. É professora da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, atuando no Projeto Graxaim e no Centro de Comunidade Primeiro de maio. E-mail: lolopime@terra.com.br Fone: 33626148 / 92689091.

cuidadores / educadores apreendam o verdadeiro significado do Brincar, e assim ofereçam às suas crianças inúmeras oportunidades de se desenvolverem de forma lúdica e prazerosa.

DESENVOLVIMENTO

Vivenciar o brincar significa estar disposto a sentir emoções diversas, e isso mexe com as pessoas. Cada ser humano tem sua história, seus prazeres e desprazeres, e esta história está impregnada no corpo. Então este corpo tem uma memória sensorial e emotiva que é liberada quando entra em contato com situações que evoquem o que foi vivido.

Foi partindo dessa premissa que construímos a metodologia que prioriza primeiro a vivência do brincar para depois, então, refletirmos sobre o que foi vivido e sentido.

Nosso tema base tem sido *A importância do Brincar*, mas a partir deste vamos buscando desdobramentos que o complemente, sempre levando em conta a necessidade do público atendido.

Segundo Santin (2001, p.32):

... O corpo nunca aparece como um objeto de uso, muito menos ele é sacrificado, explorado, porque é o corpo que brinca, ele é lúdico, a encarnação da ludicidade. Brincar significa fazer o corpo sentir, amar, viver e vibrar; e não levá-lo a executar tarefas."

Entendemos que vivenciar é relembrar sensações que já foram sentidas em algum momento, e isto remete ao resgate do impulso lúdico que está adormecido. As práticas realizadas pelos alunos têm como objetivo lembrá-los o quanto é bom brincar, o quanto é prazeroso, e assim entender que as crianças precisam de tempo e espaço para poderem realizar esta tarefa que lhes é tão necessária.

O adulto que brinca não deve ser infantilizado, pois o brincar do adulto é diferente do brincar da criança. Nesta fase da vida brincar é se expor e requer muita coragem. Na brincadeira os sentimentos afloram e nos mostramos praticamente sem máscaras.

A brincadeira é parte da manifestação cultural construída ao longo do tempo, independente das faixas etárias "brincantes". Entre os benefícios da brincadeira na idade adulta Janet Moyles (2002) afirma que:

O brincar ajuda os participantes a desenvolver confiança em si mesmos e em suas capacidades e, em situações sociais, ajuda-os a julgar as variáveis presentes nas interações sociais e a ser empático com os outros. Ele leva as crianças e os adultos a desenvolver percepções sobre as outras pessoas e a compreender as exigências bidirecionais de expectativa e tolerância.

Nos últimos anos nosso público alvo tem sido os educadores das Instituições de Educação Infantil conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. O perfil destes educadores, na sua maioria, é composto de mulheres que concluíram ou estão concluindo o Ensino Médio, e que possuem uma condição financeira baixa. Ainda são poucos os educadores que se graduaram em Pedagogia, e sua formação é dada pela assessoria pedagógica da Smed ou outras instituições.

Nossa parceria se dá na prática e reflexão da importância do brincar, possibilitando momentos de prática e um repertório de atividades que podem ser adaptados para as diversas idades da Educação Infantil.

A partir da prática realizada, as questões sobre a infância são problematizadas e contextualizadas, e os questionamentos surgem naturalmente. À pergunta: -porque é importante brincar? Muitas respostas são produzidas e sistematizadas pelos grupos em formação.

Em geral os encontros de formação ocorrem nos próprios locais onde os educadores atendem as crianças, dentro das condições reais de estrutura física e material, pois assim a adequação ao realizar as atividades com as crianças é maior.

Neste período atendemos três mil setecentos e oitenta e quatro (3784) adultos nos seguintes locais:

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
17/05/2000	Associação de Moradores da .	O Brincar	19
	Vila Mimo de Vênus		
24/05/2000	Associação de Moradores da .	O Brincar e o Futebol	19
	Vila Mimo de Vênus		
20/06/2000	Associação de Moradores da	O Brincar	09
	Vila Pinto		
27/06/2000	Associação de Moradores da	O Brincar e o Futebol	15
	Vila Pinto		
30/09/2000	Associação de Moradores do	O Brincar	25
	Jardim Planetário		
07/10/2000	Associação de Moradores do	O Brincar	20
	Jardim Planetário		
17/10/2000	Associação de Moradores da	O Brincar	16
	Vila das Laranjeiras		
21/10/2000	Associação de Moradores da	O adulto na brincadeira	16
	Vila das Laranjeiras		
TOTAL DO ANO DE 2000			139

Quadro 01 – Atendimentos em 2000

DATA	LOCAL	TEMA	N° PARTIC.
24/05/2002	Associação de Moradores do	O Brincar de 0 a 7 anos	19
	Residencial Condomínio		
	Machado		
08/06/2002	CECORES	A criança, o adolescente e a	27
		violência	
15/06/2002	Creche Comunitária Santa Anita	A criança, o adolescente e a	12
		brincadeira	
17/08/2002	Creche Comunitária Recanto da	A criança, o adolescente e a	11
	Criança Feliz	violência	
31/08/2002	Associação de moradores da	O Brincar de 0 a 7 anos	15
	Vila Nossa Senhora das Graças		
06/09/2002	Creche Comunitária Santa Anita	Brincadeiras Populares	11
	TOTAL DO ANO DE	2 2002	95

Quadro 02 – Atendimentos em 2002

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
19/07/2003	Associação Comunitária do	O Brincar de 0 a 7 anos	12
	Loteamento Timbaúva		
20/09/2003	Escolinha Crianças do Futuro	O Brincar de 0 a 7 anos	05
11/10/2003	Associação de Moradores da	A Brinquedoteca	05
	Grande Santa Rosa		
24/10/2003	CONCAV – Conselho	O Brincar e a Matemática	18
	Comunitário do bairro		
	Cavalhada		
07/11/2003	Creche Comunitária Santa Anita	O Brincar e a Matemática	20

02/12/2003	Associação de Moradores do Jardim Planetário	O Brincar e a Matemática	07
	TOTAL DO ANO DE	2 2003	67

Quadro 03 – Atendimentos em 2003

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
04/05/2004	E.E.E.F. Presidente Arthur da	Brincadeiras para recreio	08
	Costa e Silva	dirigido	
23/08/2004	Creche Comunitária Recanto da	Como os pais devem tratar os	14
	Criança Feliz	filhos	
12/11/2004	Creche Comunitária Mundo	Cuidados com a saúde e a	20
	Criança	higiene	
17/11/2004	Igreja Menino Deus – Ilha das	O Brincar de 0 a 7 anos	15
	Flores		
23/11/2004	Beco do Resvalo	O Brincar de 0 a 7 anos	06
TOTAL DO ANO DE 2004			63

Quadro 04 – Atendimentos em 2004

DATA	LOCAL	TEMA	N° PARTIC.
05/08/2005	Disciplina de Pedagogia Social	A importância do Brincar	32
	da UFRGS		
20 E	CECOVE	Curso de Recreação Infantil	198
27/08/2005			
08/09/2005	Fundo do Milênio para a	Atividades para bebês de 0 a	60
	Primeira Infância – Mesa	6 meses	
	Educadora POA		
22/09/2005	Fundo do Milênio para a	Atividades para crianças de 4	55
	Primeira Infância – Mesa	a 6 anos	
	Educadora POA		
08 e	CECOPAM	Curso de Recreação Infantil	127
09/10/2005		-	
	TOTAL DO ANO DE	E 2005	472

Quadro 05 – Atendimentos em 2005

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
25/08/2006	Encontro regional de Educação	O Brincar e o papel do adulto	400
	Infantil – Região norte -		
	CECOVE		
1°/09/2006	Encontro regional de Educação	O Brincar e o papel do adulto	170
	Infantil – Região Sul -		
	CECOPAM		
15/09/2006	Encontro regional de Educação	O Brincar e o papel do adulto	300
	Infantil – Região Oeste -		
	Ginásio Tesourinha		
22/09/2006	Encontro regional de Educação	O Brincar e o papel do adulto	350
	Infantil – Região Leste - Parque		
	Ararigbóia		
25/10/2006	Conversações Internacionais da	O lúdico na corporeidade	15

1235

Quadro 06 – Atendimentos em 2006

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
09 e	Ginásio Tesourinha	Curso de Recreação Infantil	180
10/06/2007			
24/08/2007	I.E.I. Alan Maria Teresa	O Brincar	90
25/10/2007	II Seminário das oficinas sócio-	Jogos e Brincadeiras	30
	educativas da FASC		
	TOTAL DO ANO DE	E 2007	300

Quadro 07 – Atendimentos em 2007

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
13/03/2008	Coordenadores das I.E.I.'s	Motivação	80
	conveniadas com a Smed		
17/03/2008	Monitores e visitadores do PIM	O Brincar	60
28/03/2008	IEI Na Sra Aparecida	Motivação	14
04/04/2008	IEI Maria de Nazaré	Desenvolvimento Motor	14
11/04/2008	IEI Pinhal	Motivação	20
15/04/2008	IEI Tia Maria Teresa	Desenvolvimento Motor	33
02/05/2008	IEI SONAI	Jogos e Brincadeiras	20
16/05/2008	IEI Renascer	Desenvolvimento Motor	30
27/06/2008	IEI Santa Catarina	Jogos e Brincadeiras	16
11/07/2008	Encontro de Educadores da	Jogos e brincadeiras para	80
	região leste	motivação	
19/07/2008	IPA	Curso de Recreação Infantil	117
09/08/2008	CEPRIMA	Curso de Recreação Infantil	97
29/08/2008	Encontro de Educadores da região norte	Dinâmicas de integração	200
06/09/2008	CEPRIMA	Rodas cantadas e danças circulares infantis	25
05/12/2008	Parque Gigante	Jogos e brincadeiras ao ar livre	300
	TOTAL DO ANO DI	E 2008	1106

Quadro 08 – Atendimentos em 2008

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
1°/04/2009	EEEF América	Como a criança brinca	20
06/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	08
07/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	04
13/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	07
14/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	05
20/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	09
21/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	04
25/05/2009	Semana Acadêmica do Curso de	Jogos dos Sentidos	24
	Educação Física da PUC RS		
26/05/2009	Semana Acadêmica do Curso de	Jogos dos Sentidos	25

TOTAL DO ANO DE 2009			307
	do Pinheiro		
13/11/2009	Formação para IEI's da Lomba	Brincadeiras cantadas	70
30/10/2009	IEI Semeando o Amanhã	A importância do Brincar	13
23/10/2009	Associação de Moradores da Santa Rita de Cássia	A importância do Brincar	U9
22/10/2000	Santa Rita de Cássia	A importância de Dringer	09
20/10/2009	Associação de Moradores da	A importância do Brincar	04
20/10/2009	Aldeias Infantis S.O.S.	Relações interpessoais	07
29/09/2009	Aldeias Infantis S.O.S.	Relações interpessoais	12
25/09/2009	IEI Santa Catarina	Brincadeiras Psicomotoras	10
• = 100 100 00	Santa Rita de Cássia		
25/09/2009	Associação de Moradores da	A importância do Brincar	10
	Santa Rita de Cássia		
22/09/2009	Associação de Moradores da	A importância do Brincar	09
21/07/2009	Aldeias Infantis S.O.S.	O papel do adulto	10
14/07/2009	Aldeias Infantis S.O.S.	A importância do lúdico	11
07/07/2009	Aldeias Infantis S.O.S.	Desenvolvimento Infantil	10
28/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	06
27/05/2009	Voluntários do Interagir	Desenvolvimento Infantil	10
26/05/2009	Aldeias Infantis S.O.S.	Cuidando o cuidador	10
	Educação Física da PUC RS		

Quadro 09 – Atendimentos em 2009

DATA	LOCAL	TEMA	Nº PARTIC.
09/04/2010	Casa do Pequenino –	Sensibilização para o Brincar	20
	coordenadores da regional leste		
30/04/2010	Casa do Pequenino –	Brincadeiras para Educação	70
	educadores da regional leste	Infantil	
07/05/2010	Centro Marista – Ilha dos	Jogos dos sentidos	35
	Marinheiros		
21/05/2010	IEI M ^a Dolabella Portela	A importância do Brincar	20
28/05/2010	Casa de Nazaré	Sensibilizando o educador	70
11/06/2010	Instituto Providência	Dinâmicas de integração	20
25/06/2010	IEI Nª Srª da Glória	Dinâmicas de integração	12
09/07/2010	Igreja N ^a Sr ^a da Pompéia –	O corpo em movimento	140
	educadores da regional leste	-	
30/07/2010	Igreja N ^a Sr ^a da Pompéia –	O corpo em movimento	300
	educadores da regional norte	-	
PARCIAL DO ANO DE 2010			687

Quadro 10 – Atendimentos em 2010

CONSIDERAÇÕES

As diferenças na quantidade de atendimento a cada ano se deve às variações de carga horária na equipe, que tem oscilado anualmente.

Trabalhar com formação de educadores é uma tarefa grandiosa, pois nos permite multiplicar o conhecimento e possibilitar que um número maior de crianças sejam beneficiadas na questão do brincar.

Assim, desde 2000 estamos multiplicando o conhecimento, possibilitando que outros

cuidadores / educadores apreendam o verdadeiro significado do Brincar, e ofereçam às suas crianças inúmeras oportunidades de se desenvolverem de forma lúdica e prazerosa.

O que estes números representam?

Quantas crianças multiplicaram o que aprenderam com seus educadores, enquanto brincavam com outras crianças?

Estas respostas ainda não temos, mas quem sabe não iniciamos uma pesquisa neste sentido?

Afinal ainda temos tempo de serviço pela frente, e formação de adultos é um trabalho que nos apaixona!!!!!

REFERÊNCIAS

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro:** teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1997.

LAPIERRE, André & LAPIERRE, Anne. **O adulto diante da criança de 0 a 3 anos:** Psicomotricidade Relacional e formação da personalidade. 2e. Curitiba: Ed. da UFPR: CIAR, 2002.

MOYLES, Janet. Só brincar? O papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTIN, Silvino. Da alegria do lúdico à opressão do movimento. Porto Alegre: Edições EST, 2001

UMA VISÃO SEMÂNTICA DO TRABALHO

Ari Riboldi (SMED) 1

A linguagem reflete a cultura de cada época. Ao estudar a origem do termo trabalho, entendemse as relações sociais. Do latim "tripalium", três paus, era antigo instrumento de tortura em que se empalavam os condenados. Por isso, dizer que o trabalho enobrece não é de todo verdadeiro. Bem pago e prazeroso, enobrece e gratifica. Do contrário, torna-se uma tortura, ainda bem que sem o "tripalium". Assim, o verbo "tripaliare" significava sofrer. Depois assimilou o sentido de lutar. Mais tarde, incorporou a noção de exercer um ofício. Apesar da evolução, constata-se a ideia de que denota sacrifício. O termo não se libertou do instrumento de tortura. Quem incomoda dá trabalho. Para dar à luz, a mulher entra em "trabalho de parto", dor compensada pela alegria da nova vida. O "burro de carga" é o sujeito de pouca inteligência, afeito a serviço pesado.

Ócio é descanso em oposição a trabalho. No senso comum, o pai dos vícios, já que o desocupado vive matutando o mal. Hoje, porém, surgem defensores de um tempo de ócio, o ócio criativo, para manter o espírito criativo, melhorar a qualidade de vida, sem prejuízo à capacidade produtiva. Do latim, "otius" tinha o sentido original de trabalho mental, privilégio só dos nobres, pois era o tempo dedicado ao estudo das ciências. Os plebeus não podiam ocupar-se com o ócio: eram obrigados a trabalhar para viver e manter os nobres, detentores do poder e dos bens. Verifica-se, assim, que a escola nasceu do ócio, privilégio dos nobres, o que explica a alienação e a exclusão das camadas pobres. Negócio, do latim "neg", não, e "otius", negação do ócio, assumiu o sentido de transação comercial, compra, venda e troca. Daí surgiu o burguês e os burgos - local de negócios, as futuras cidades - e a classe burguesa. Quem negociou e ficou rico está com o burro na sombra. Os demais seguem a luta de trabalho, muitos semiescravos, como "burros de carga" em pleno século XXI.

_

¹ Professor e escritor

O DESAFIO DOS GESTORES DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Eduardo Bonilha Einsfeld (PREVIMPA)¹

A reforma do sistema de previdenciário brasileiro no setor público foi fundamental para superar a crise fiscal do Estado e garantir a manutenção dos regimes próprios de previdência. Na década de 90, o déficit fiscal e a mudança na estrutura etária da população economicamente ativa anunciariam a dificuldade de pagar os custos da previdência no longo prazo. Nesse aspecto, é necessário ressaltar a necessidade de mudanças tanto na administração pública como na reforma sistema de aposentadoria e pensões do funcionalismo público, visando o equilíbrio fiscal e a gestão responsável dos benefícios previdenciários.

O Plano Real, desde a sua implantação em julho de 1994, tem se revelado como a experiência mais exitosa de estabilização econômica realizada no país nas últimas décadas. Entretanto, esse mesmo plano econômico tem sofrido sérias ameaças quanto à sua consistência devido, em parte, ao déficit previdenciário do país. O déficit do sistema previdenciário público e privado brasileiro deriva, em última análise, de uma concepção equivocada do que é aposentadoria, dado em parte pela preferência pelos sistemas de repartição simples, em que os funcionários ativos pagam a aposentadoria dos inativos. Por outro lado, no sistema de capitalização, o participante do fundo depende efetivamente e exclusivamente da rentabilidade do mesmo. No regime de repartição simples, o seu equilíbrio financeiro depende basicamente da razão entre a população de contribuintes e a de beneficiários, a qual, no caso do Brasil, está sendo afetada desfavorável e rapidamente pelos seguintes fatores: queda da taxa de natalidade; aumento da expectativa de vida, com o consequente alongamento do período de gozo dos benefícios e crescimento do mercado informal de trabalho. A situação do quadro previdenciário do país agrava-se substancialmente ao se considerar a aposentadoria dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios, na medida em que o benefício na inatividade é equivalente ao último salário na ativa, ou seja, o valor da aposentadoria, na maioria dos casos, não está relacionado ao salário médio e ao montante das contribuições efetuadas ao longo da vida laboral do funcionário. Assim, a perspectiva de se manter a previdência pública era cada vez mais complexa e a necessidade de mudanças era cada vez mais evidente.

Na final da década de 90 e início da década de 2000, algumas alterações ocorreram com o objetivo de evitar o colapso do regime previdenciário dos servidores públicos, entre elas, a opção pelo regime de capitalização, a descentralização administrativa dos órgãos gestores do regime próprio de previdência e alterações nas regras de aposentadoria dos funcionários públicos. Com essas medidas, objetivo do governo foi criar condições de garantir e custear a aposentadoria dos seus servidores sem a necessidade de unificar o seu regime ao regime geral de previdência social (INSS), nem recorrer a entidades de previdência complementar. Para isso, tanto os governantes como os gestores dos regimes próprios de previdência social (RPPS) precisam criar mecanismos para que a concessão, administração das contribuições previdenciárias e fiscalização do pagamento dos benefícios visem à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e atendam ao princípio da legalidade previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Por fim, enquanto o Brasil não atingir a condição de país e povo desenvolvido em termos de renda, educação, nível de vida, é missão do poder público destinar uma parte da riqueza nacional, traduzida em impostos arrecadados para a seguridade social e para a previdência pública. A previdência

¹ Assistente Administrativo - EGAP

pública não pode comprometer os serviços públicos essenciais, nem ficar à disposição do capital especulativo privado, pois é dever do Estado garantir aos seus servidores os devidos meios de subsistência nas hipóteses previstas em lei. Assim, o grande desafio dos administradores públicos para as próximas décadas é provar que o poder público tem condições de gerir o pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas de forma eficaz e responsável.

REFERÊNCIAS:

OGASAVARA, Roberto Shoji, PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS : RISCOS E OPORTUNIDADES. Brasília, 1998.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser, A REFORMA DO APARELHO DO ESTADO E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. Brasília, 1995.

SCHWARZER, Helmut; QUERINO, Ana Carolina. BENEFÍCIOS SOCIAIS E POBREZA: PROGRAMAS NÃO CONTRIBUTIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA. Brasília, 2002.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO OU PRINCÍPIOS DE MUDANÇA?

Renê José Machado de Souza (GPE)¹

Quando nos foi apresentado o desafio de escrevermos sobre a Gestão, fiquei a pensar e refletir sobre o que temos de diferente das não poucas gestões anteriores em que tive a oportunidade de integrar e atuar. Neste contexto, me veio imediatamente às bases em que atuamos.

Primeira, a da transversalidade, e a forma mais simples de abordar - e que tem sido uma memória viva para mim - remete a quando, ao assumir a coordenação de um dos programas estratégicos do governo, quase que de imediato me deparei em uma reunião com técnicos de vários órgãos municipais, todos especialistas em sistema viário, pavimentação e urbanismo, juntamente com uma técnica da área social que estava ali muito mais para subsidiar o grupo com informações sobre as famílias que seriam atendidas com a obra. Estava em discussão uma via a ser implantada. A via deveria ter dez metros de largura, informação confrontada com a realidade local, que impunha algumas restrições, como o número de famílias que deveriam ser reassentadas com a implantação da via, bem como a existência de um canal de drenagem pluvial que impedia o deslocamento do eixo da via, além de uma área que permaneceria suscetível a ocupação irregular se a implantação fosse no lado oposto ao proposto. Depois de mais de uma hora de debates em uma segunda reunião, totalizando mais de três horas de análises, e a quase a tomada de decisão de que a via não deveria ser implantada naquele momento de desenvolvimento do programa, a técnica social acabou por sugerir: por que não dividimos a largura e implantamos metade de cada lado do canal de drenagem? Foi então que todos trocaram olhares, não compreendendo os motivos pelos quais, até então, nenhum daqueles especialistas tinha chegado a esta proposta, que atendia as restrições que o local impunha.

Foi também naquele momento que compreendi a real importância da transversalidade, na qual um técnico com uma formação totalmente diversa do tema em discussão, com uma experiência profissional extremamente focada na área em que atuava, apresentou a solução de um impasse quase que intransponível para os outros especialistas. Estávamos ali exercendo, de forma efetiva e sem talvez compreender com toda a clareza necessária, o que se entende por Grupo de Trabalho em toda a sua dimensão.

A segunda, a da transparência, na qual a realização dos Comitês de Gerenciamento, nesta segunda fase, tem demonstrado uma característica fundamental para a mudança, que é a participação da alta liderança do processo, assim como a presença de outras lideranças em níveis inferiores, manifestando-se sobre temas e problemas comuns de execução das atividades, assumindo, esclarecendo e defendendo posições que demonstram ao grupo exatamente o que cada um entende como melhor para a cidade e para a sociedade. Assim, repercute no grupo o movimento de exercício da liderança, motivando a todos para atingir os propósitos e as metas ali estabelecidas.

Ao refletir sobre estes princípios percebi os motivos que nos levam a sermos diferentes, pois estas práticas nunca tiveram a sistematização que a atual gestão estabeleceu, definindo que não só a forma de organização esta presente, mas também a memória está preservada. Com a disponibilidade de uma ferramenta informatizada que nos permite resgatar encaminhamentos e responsabilidades assumidas, o resultado é o comprometimento dos integrantes da administração, sejam eles do quadro permanente ou transitório, ao mesmo tempo em que impede que determinados temas tenham que ser retomados do seu início.

O processo está pautado por um terceiro princípio, que é o da territoriedade, e este talvez seja aquele que ainda possui maior fragilidade para efetivamente nos aproximarmos dos problemas diários da cidade, de forma a atingirmos um grau de eficiência no encaminhamento das questões que a

¹ Gerente do programa Cresce Porto Alegre

sociedade clama por solução.

Claro, este é um processo contínuo e uma mudança da cultura institucional, e cabe a cada um de nós, lideranças dos processos de trabalho, atuarmos como referência no sentido de mobilizarmos cada vez mais os nossos colegas. Dessa forma eles perceberão a importância destes princípios para a administração pública e que é possível oferecermos um serviço cada vez mais eficiente e termos a plena consciência de que somos servidores públicos.

MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS HÍPICA: UMA ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -SUAS

Karen Ramos Camargo (FASC)¹

Resumo

O presente artigo contém uma breve reflexão sobre uma das estratégias utilizadas para a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS na região do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Hípica, no município de Porto Alegre, com o objetivo de socializar a experiência de trabalho e de fomentar a discussão acerca da importância do mapeamento do território na implantação e implementação de políticas sociais públicas.

Palavras – **chave**: Centro de Referência de Assistência Social, mapeamento, Sistema Único de Assistência Social, território.

1. Introdução

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS de novembro de 2004, prevê a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e como diretriz de trabalho, a Proteção Básica e a Proteção Especial de média e de alta complexidade, sendo o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS espaço primordial para o atendimento da Proteção Básica, estando situado na comunidade/ território geo-referenciado de atendimento.

Portanto, o território acerca da moradia das famílias é pressuposto importante na elucidação de diagnóstico da realidade, visto que é neste espaço geográfico, social e cultural que perpassa a identificação de vulnerabilidades e potencialidades que balizam o trabalho a ser desenvolvido na comunidade. Assim, o território é também constituído por relações e não se configuram como rede apenas os serviços formais, mas também o constituem os serviços informais, as dificuldades ou possibilidades de acesso e as estratégias peculiares para o enfrentamento de conflitos e situações de vulnerabilidade.

Através deste conhecimento do território e do mapeamento dos recursos existentes, sejam os serviços da rede socioassistencial e/ou grupos e redes de solidariedade locais, além da identificação dos limites e possibilidades geográficos, é possível destacar os pontos essenciais tanto para a implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS quanto para o planejamento e efetividade da continuidade do trabalho junto à comunidade.

Neste sentido, e indo ao encontro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, fez-se necessário conhecer os recursos e as dinâmicas próprias do território geo-referenciado ao CRAS Hípica.

2. O mapeamento como estratégia de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Diante do exposto, estamos desenvolvendo um projeto que se destina a instrumentalizar a equipe do CRAS Hípica, entendendo seu contexto comunitário como parte importantíssima no desenvolvimento de um trabalho qualificado junto às famílias geo-referenciadas ao referido serviço.

Esse projeto tem como objetivo conhecer e mapear o território do CRAS Hípica e os recursos

¹ Assistente Social.

existentes no mesmo com o intuito de identificar as vulnerabilidades e potencialidades para embasar o trabalho desenvolvido junto a essas famílias.

Segundo Milton Santos,

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Tratase de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (p.2, 1994)

Portanto, através do entendimento deste pressuposto elucidado acima como essencial na efetivação de políticas sociais públicas, como, em nosso caso, a de Assistência Social; temos uma atividade semanal, nas terças-feiras pela manhã, onde realizamos saídas a campo para conhecer o território geo-referenciado do CRAS Hípica. Estamos, ainda, trabalhando na confecção de instrumento que possibilite a identificação dos recursos existentes (formais e informais) neste território, para que tenhamos subsídios para o mapeamento das vulnerabilidades e potencialidades locais.

Iniciamos com um passeio ambiental, onde visualizamos as áreas limítrofes do território de abrangência do CRAS Hípica. Em seguida, fizemos a identificação dos espaços constituídos formalmente no território de abrangência do CRAS Hípica e realizamos visitas nestes locais falando sobre a implantação do SUAS e das novas configurações dos serviços a partir daí, além de salientarmos a importância do trabalho em rede para a efetivação da política de Assistência Social.

Além disso, fizemos a proposta de parceria junto ao PSF Vila Nova Ipanema, localizado em uma das comunidades mais vulneráveis do território (Beco do Adelar), para trocarmos informações sobre o trabalho de mapeamento já realizado por este serviço para subsidiar sua implantação. Esta parceria nos propiciará uma leitura mais aproximada da realidade da referida comunidade, pois nos permitirá traçar o perfil das famílias e demandas, o reconhecimento das áreas com risco de desabamento, a falta de saneamento básico e luz elétrica, o acesso aos serviços, entre outras vulnerabilidades e potencialidades locais. Pode, também, ser reveladora no desenho de ruas e becos traçados na comunidade e que não fazem parte dos mapas oficiais.

A intenção é de que possamos ao longo do desenvolvimento deste mapeamento visualizarmos todos os fatores referidos acima e confeccionarmos um mapa que contenha essas informações, além de entendermos as relações presentes neste território, utilizando- as como subsídio para o trabalho de implantação do CRAS/SUAS e junto à rede socioassistencial.

3. Considerações

Este trabalho tem propiciado maior interface com a rede socioassistencial da região georeferenciada ao CRAS Hípica, sendo que permite estreitar laços com os espaços formais e informais de atendimento à comunidade, motivando o desenvolvimento de um trabalho coletivo. Além disso, aproxima a comunidade do CRAS, como um espaço de referência, potencializando a efetividade da política de Assistência Social junto ás famílias residentes neste território. No entanto, ainda é um trabalho incipiente, visto que nosso objetivo é ter, ainda, com maior clareza as relações peculiares dessas comunidades, mapeando não somente a rede e as famílias, mas também as áreas de risco, de lazer, o acesso aos serviços... Assim, nosso desafio é seguir construindo de forma coletiva a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social. Brasília, novembro/2004.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. SILVEIRA, Maria Laura. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL - PROJETO DA GRANDE MATO SAMPAIO

 $Silvia\ Carpenedo\ (DEMHAB)^1$ Miriam da Rocha Fernandes $(DEMHAB)^2$

SINOPSE

A irregularidade fundiária está intimamente ligada aos processos de formação e uso do solo urbano nas cidades brasileiras. Esse universo de clandestinidade e a consequente falta de segurança da posse aliada à baixa qualidade de vida dos ocupantes resultam do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento, legislação e gestão das áreas urbanas. "Mercados de terra especulativos, sistemas políticos clientelistas e regimes jurídicos elitistas, não têm oferecido condições suficientes e adequadas de acesso à terra urbana e à moradia para os pobres, provocando assim a ocupação irregular e inadequada". (Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre, 2008).

Em Porto Alegre, o poder público atua na questão por meio do Programa de Regularização Fundiária, criado no ano de 1990. Em 1994, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Habitação/DEMHAB, agregou o conceito de regularização urbanística, a fim de que as comunidades tivessem garantido não apenas o acesso a terra, mas também aos serviços de infraestrutura que a urbanização deve propiciar.

Diante das dificuldades de gestão da regularização fundiária, dentre as quais podemos destacar a falta de planejamento e de ações integradas, encontramos motivação para a formulação de um projeto para a Grande Mato Sampaio, a partir da articulação entre os diferentes órgãos que compõe o Governo Municipal. Tal projeto traz, em seu escopo, uma abordagem ainda mais ampla: o enfoque ambiental.

O território do projeto localiza-se na região Leste de Porto Alegre, onde encontramos o maior número de ocupações irregulares da cidade, com 8.679 domicílios irregulares, segundo MORAES, 2003. As vilas Mato Sampaio (ou N. Sra. de Fátima), Pinto e Divineia configuram o que denominamos Grande Mato Sampaio. Trata-se de áreas públicas, de propriedade do Município de Porto Alegre e do Demhab e somam um contingente estimado entre 25 a 30 mil pessoas, ou 6 mil domicílios.

O objetivo geral é garantir a sustentabilidade ambiental, integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e projetos e reverter à perda de recursos ambientais, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

O território da Grande Mato Sampaio é uma área densamente ocupada e ambientalmente frágil, devido, principalmente, à presença de vários cursos d'água e grandes declividades. Esses cursos d'água, conforme as legislações ambientais vigentes, configuram as Áreas de Preservação Permanente/ APP's, ao longo de suas margens, porém, justamente lá, encontramos as situações mais críticas e precárias de habitação e de acúmulo de lixo.

Casos excepcionais que possibilitam a intervenção em APP estão previstos na Resolução do Conama 369/06 e na Lei 11.977/09, a qual institui o Programa Minha Casa Minha Vida, desde que cumpridos os requisitos ali descritos. Um deles é a apresentação de um Plano de Regularização Fundiária Sustentável, pelo Poder Público Municipal.

¹ Arquiteta - UFRGS/1981,Coordenadora do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social/Demhab, Mestranda FLACAM – Univers.Nac. LANUS

² Arquiteta e Urbanista, UFRGS/1998

Para o desenvolvimento do projeto e do referido Plano, foi constituído um Grupo de Trabalho/ GT, interdisciplinar, com representantes das diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura (além do Demhab: DMAE, DEP, SPM, SMAM, EPTC, PGM, SEACIS).

Após sete meses de reuniões periódicas do Grupo de Trabalho, em 2009, foi construído um Estudo de Viabilidade Urbanística/ EVU, contemplando as principais diretrizes do projeto, bem como, um regime urbanístico próprio, compatível com a característica de Área Especial de Interesse Social/ AEIS. Ainda, como resultado, foi elaborado um Termo de Referência para contratação de estudos específicos, os quais irão oferecer os dados necessários para caracterizar a situação ambiental do território, a partir do levantamento da sub-bacia em que o projeto encontra-se localizado, bem como a identificação das áreas consideradas de risco (geológico e geotécnico) e determinação das cotas de cheia e faixas de inundação respectivas, que orientarão os projetos executivos posteriores. Tal contratação já foi efetivada e o trabalho está em andamento, sob orientação e acompanhamento do GT.

O projeto da Grande Mato Sampaio, como um todo, pretende oferecer elementos para uma intervenção de recuperação das áreas degradadas com soluções de moradias adequadas a um grande contingente de moradores das comunidades envolvidas. A partir das diretrizes gerais, já estabelecidas no EVU, serão desenvolvidos projetos setoriais, os quais deverão ser construídos junto com essas comunidades, a fim de que as mesmas se apropriem do processo e, posteriormente, dos espaços, sejam estes de moradia, de promoção econômica, de educação ou de lazer e contemplação. Oportunizará, ainda, reflexões futuras e elaboração de critérios para o desenvolvimento de um "Plano de Regularização Fundiária Sustentável" possível de ser replicado, como modelo, em outros territórios. Reúne, para tanto, diretrizes e apontamentos estabelecidos no Relatório Técnico - Modelo de Regularização Fundiária Sustentável, CARPENEDO, 2008, cujas linhas gerais nortearão as intervenções futuras, as quais deixarão de ser ações pontuais e fragmentadas.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Jerre Mandian Araújo (SMF)¹

Este trabalho tem como objetivo principal aprimorar a Administração Municipal e, contribuir para a modernização da Secretaria Municipal da Fazenda, mais especificamente, a Fiscalização do ISSQN - Esperamos estar contribuindo com a administração para atingir seu objetivo principal que é o bem estar dos cidadãos.

1. Definição

A moderna concepção de administração tributária alterou as idéias anteriores que a concebiam como um mecanismo meramente arrecadador e que eram avaliadas como um sistema fechado, sem qualquer referencial ao entorno em que atuava. Hoje, considera importante a finalidade arrecadatória, entretanto, deve-se levar em conta também, outras funções como a justiça fiscal, desenvolvimento econômico e os interesses da comunidade como um todo.

Podemos definir de forma geral que a missão da administração tributária é:

"Aplicar eficazmente o sistema tributário, com equidade e eficiência, conquistando a confiança pública em sua ação, promovendo o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e contribuindo para o bem estar social."

Analisando mais detalhadamente esse conceito podemos dividi-lo em;

2 Objeto

Aplicação da legislação tributária, atingindo os efeitos fiscais, e os extrafiscais, definidos pelo sistema tributário.

Efeitos fiscais – aproximar a receita efetivamente arrecadada da receita potencial estimada Efeitos extrafiscais – incentivo ou desincentivo a instalação de empresas e atividades econômicas que contribuam para o bem estar da comunidade.

3 Princípios

Equidade – igualdade de tratamento de todos os contribuintes em situação igual. Eficiência – minimizar os custos da administração tributária e dos contribuintes.

4 Estratégia

Obter a confiança pública e incentivar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, por meio de:

Atuar com transparência e integridade, projetando uma imagem de confiabilidade e diligencia perante a comunidade e estabelecendo internamente, condições que promovam o profissionalismo e a ética dos funcionários e da organização como um todo.

Obter um grau crescente de cumprimento de obrigações fiscais espontâneo por meio de uma aliança com as pessoas, empresas que as cumprem contra as outras que fraudam a administração pública e a sociedade, devendo, ainda, demonstrar que os recursos recebidos são bem aplicados.

Prestar um serviço de qualidade, facilitar o cumprimento das obrigações, esclarecendo as

Agente fiscal da receita municipal - Ciências contábeis, PUCRS - especialização em finanças públicas - FDRH e PUCRS -

dúvidas dos contribuintes, reduzindo seus custos e simplificando procedimentos.

Identificar e sancionar eficazmente os contribuintes que não cumprem suas obrigações, gerando na sociedade e nos contribuintes, uma percepção de risco pelo não cumprimento de suas obrigações.

5 Finalidade

Com o despertar da consciência do cidadão, que iniciou um movimento de maior interesse pelas coisas do Estado, inclusive exigindo mais atenção, respeito e maior competência do poder público, questionando sua atuação e seus resultados, entendemos que a finalidade transcendente da atividade tributária é promover o bem estar da comunidade como um todo, que os serviços prestados, os funcionários e a organização devem ser direcionados, especificamente para atingir esse fim.

6 Fatores necessários

Código tributário que promova uma relação transparente, equitativa e justa entre o fisco e os contribuintes, definindo de forma clara seus direitos e obrigações.

Independência para aplicar a legislação tributária de forma geral e sem discriminações políticas ou econômicas.

Estruturas organizacionais flexível, orientadas para prestar serviços aos contribuintes e realizar suas atividades com autonomia administrativa e financeira.

Gerenciamento com liderança, planejamento, direção, e delegação de poderes. Que controle e avalie constantemente as atividades desenvolvidas. Nos dias de hoje, os administradores ou gerentes, em seus diversos níveis, tem umas ações relevantes, devendo ser capazes de resolver problemas, de tomar decisões em situações imprevistas e no tempo adequado, além de dominar os aspectos administrativos e legal da organização.

Tecnologia adequada, empregando amplamente os recursos disponibilizados pela Internet e tecnologia de ponta, integral e integrados que cubram todas as áreas funcionais do circuito tributário, proporcionando informações corretas, oportunas e suficientes.

Investimento em Educação Fiscal, contribuindo para a formação permanente do indivíduo, na perspectiva da maior participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos, buscando adequar seus conteúdos aos fatos sociais, políticos e econômicos que constroem o dinamismo da história, bem como incorporando temas relacionados às novas bases de financiamento da educação básica e aos avanços promovidos pelo poder público e pela sociedade na transparência e no controle das finanças do Estado.

Integração com a fiscalização de outros níveis de governo e seus cadastros, com cadastros de empresas prestadoras de serviços públicos, com informações geradas por declarações eletrônicas e de substituição tributária.

Sistema de controle interno, apto a fiscalizar a operação e a manutenção de sistemas de informação, o cumprimento dos ditames éticos e legais dos funcionários, os sistemas de segurança, controle e qualidade dos dados.

Recursos humanos, suficientes, capacitados, motivados e comprometidos com a organização.

7 Efetividade da Administração Tributária

Sistematicidade, congruência e simplicidade das normas, serviços integrais de atenção aos contribuintes, comodidade para os contribuintes e controle efetivo por parte do fisco no que se refere ao cumprimento das obrigações tributárias, desenvolvimento efetivo de ações de recuperação de obrigações não cumpridas voluntariamente e retroalimentação para as áreas responsáveis pelo desenho da política e normas tributárias, são características que estão na base de uma administração tributária

eficaz.

Cumprimento voluntário, percepção de risco e grau de maturidade social em relação à importância do cumprimento tributário para o financiamento auto-sustentável do Estado, são os sustentáculos da missão básica da administração tributária.

A superação do limite representado pelo controle do cumprimento das obrigações tributárias tem recebido enorme contribuição com a implementação de boas técnicas e soluções para atualização de cadastros, apresentação de declarações e incorporação de seus dados aos sistemas de informação e automação de procedimentos de pagamento de impostos, inclusive com a validação das informações dos documentos de arrecadação no próprio ato do pagamento.

A superação do limite representado pelo alcance de maior grau de efetividade na execução de ações direcionadas para a recuperação de obrigações não cumpridas voluntariamente é ainda o grande desafio. A não superação deste limite compromete o processo de recuperação das administrações tributárias, a efetividade e eficácia dos sistemas tributários e a consolidação de maior grau de educação tributária.

A obtenção de mais expressivos níveis de consciência da cidadania em relação à importância do pagamento de impostos é função de resultados de mais dilatado prazo, função da melhora transparente da efetividade das ações do aparelho do Estado, tanto no que se refere à incidência tributária quanto ao gasto público.

Pode-se concluir, assim, que, enquanto a administração tributária dá o limite da eficácia do sistema tributário, o êxito no exercício da função de fiscalização define o limite da própria efetividade da administração tributária.

CAMINHADAS TURÍSTICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE - CONSTRUINDO SIGNIFICADOS TURÍSTICOS, HISTÓRICOS E CULTURAIS

Ivone dos Passos Maio (SMTUR)¹

A verdadeira arte de viajar... A gente sempre deve sair à rua como quem foge de casa, Como se estivessem abertos diante de nós todos os caminhos do mundo. Não importa que os compromissos, as obrigações, estejam ali... Chegamos de muito longe, de alma aberta e o coração cantando! Mario Ouintana

O Turismo pode ser considerado um "assunto do momento", no mundo, chama a atenção o alto desempenho de sua economia que a cada ano aumenta o fluxo de turistas, o movimento e a geração de divisas. No Brasil, o Turismo ganha cada vez mais espaço devido à expectativa que os megaeventos que serão sediados no país e também em Porto Alegre tem suscitado.

Sabe-se que o Turismo em muito transcende a dimensão econômica e comercial. O Turismo, entendido como um fenômeno social, revela muito sobre a sociedade, seus costumes e valores culturais conforme teorizou Urry (2001). Acredita-se que o turismo, além de uma atividade comercial, é uma forma de enquadrar o mundo, expressando ideologias, significados e valores a seu respeito (MACCANNELL 2006).

Além disso, o fenômeno turístico é complexo e multifacetado, envolvendo questões do universo da Ecologia, da Antropologia, da Sociologia entre outras (JAFARI apud LOHMAN e PANOSSO NETO 2008). Esta complexidade inerente ao turismo pode ser percebida na definição de De La Torre (1992 apud BARRETTO 2000, p.13):

> o Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Não há uma definição unânime do conceito, talvez justamente pela sua complexidade. Grünewald (2003, p.141) afirma que "a amplitude do termo parece caber desde ao olhar visitante a um monumento na própria cidade de origem até ao passeio em lugares totalmente desconhecidos de outros países". O autor entende que independente do enfoque dado à definição do conceito, sua prática ou sua estrutura, esta deve considerar se as pessoas se sentem ou não em turismo (grifo do autor). Este entendimento, com dimensões simbólicas e subjetivas, parece adequado para uma de nossas reflexões que envolve fazer turismo em sua própria cidade.

O Turismo Cultural é um dos segmentos turísticos que mais vem se destacando. Segundo Barretto (1998) viagens com cunho educacional/ cultural tem se mostrado em ascensão, contrastando com um tipo de turismo mais descompromissado e ligado ao lazer - tradicionalmente identificado ao

¹ Bacharel em Turismo (PUCRS), Mestre em Turismo (UCS), Técnica em Turismo da Secretaria Municipal de Turismo.

turismo de sol e praia.

Para Pereiro (2002, p.1) "está sobretudo em curso uma mudança do gosto e da motivação dos turistas, que procuram cada vez em maior número formas de turismo cultural." Uma das evidências empíricas para isso, seria o grande número de passeios, roteiros com enfoque cultural propostos por entes públicos e privados nas pequenas e grandes cidades.

Do ponto de vista do turista, esse tipo de experiência é uma oportunidade de acumular conhecimentos através de uma vivência prazerosa. Do ponto de vista dos equipamentos culturais, o turismo tem sido uma atividade que contribui para sua manutenção e revitalização.

Em Porto Alegre, um projeto tem chamado bastante atenção: o Viva o Centro a Pé2. Iniciado há cerca de quatro anos, promovido pelo Gabinete da Primeira Dama e as Secretarias do Planejamento, da Cultura e de Turismo, o projeto oferece caminhadas orientadas por professores universitários das áreas de História, Arquitetura, Artes, entre outras. A objetivo principal era divulgar o Caminho dos Antiquários3 e também incentivar as pessoas a conhecerem o patrimônio histórico-cultural da cidade, em especial do Centro Histórico. No verão de 2010, nos meses de janeiro e fevereiro, devido ao período de férias docente, as caminhadas ficaram por conta dos Guias de Turismo da Secretaria Municipal de Turismo, que habitualmente atuam na Linha Turismo. Tal experiência consistiu em um grande desafio, uma vez que o Viva o Centro a Pé já possuía bastante reconhecimento da sociedade e um nível alto de exigência dos seus participantes.

Avalia-se a experiência das caminhadas turísticas de verão como um momento/espaço de produção de sentidos e significados sobre a cidade, seu patrimônio, sua história, seu valor turístico. As caminhadas são, uma oportunidade para sensibilizar a população e os visitantes sobre a importância destes espaços e de sua preservação. Esta reflexão está presente na fala do garoto de 10 anos, morador de Porto Alegre, que demonstra preocupação com o vandalismo observado durante o percurso:

"A gente não tem idéia do tempo que foi preciso para entalhar essas esculturas e pedras, e tem quem venha nesses lugares para pichar" (entrevista concedida em 09/01/2010, durante a caminhada).

É importante dizer que o patrimônio não se apresenta com um valor em si mesmo, é preciso envolver as pessoas para que juntas percebam e construam valores e significados (PEREIRO, 2002). Da mesma forma, um objeto ou paisagem não possui um valor turístico intrínseco, este valor é uma construção social. Neste sentido, o papel do Guia de Turismo é fundamental, pois como mediador cultural ele "apresenta", informa, seduz, envolve o público, agregando valores a bagagem cultural e informacional que estas pessoas trazem.

MacCannell (2006), com base na semiótica de Peirce, entende as atrações turísticas como signos. Entendendo que signo representa algo para alguém. Para além do objeto visitado existem informações a ele vinculadas, que o dotam de sentido e o transformam em atração turística. Tais informações são denominadas de marcadores. Os marcadores estão presentes em uma variedade de suportes, são fotos, textos, comentários de um amigo, bem como as informações pontuadas pelo Guia de Turismo. Dois depoimentos de participantes das caminhadas contribuem para compreender a importância dos marcadores:

Sobre o Viaduto Otávio Rocha:

"É impressionante saber como e porque este viaduto monumental foi construído" (Turista de Campo Bom/RS, entrevista concedida em 09/01/2010 durante a caminhada).

Sobre a caminhada orientada:

"É uma visita ao passado, interessante não só para turistas como para moradores que, por não

² Para mais informações sobre o projeto, acesse <u>www.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro</u>

³ É caracterizado por ser um passeio cultural cujo foco é a concentração de Antiquários no "triângulo" formado pela Praça Daltro Filho, a Praça Marquesa de Sevigné e o Viaduto da Borges de Medeiros. O trajeto conta também com cafés, bares, butiques e outros serviços. Aos sábados, ocorre a Feira do Caminho dos Antiquários, que consiste em exposição de antiguidades, artes plásticas e performances artísticas na Rua Mal. Deodoro e na Pça. Daltro Filho. Mais informações pelo *site* www.caminhodosantiquarios.com.br.

conhecerem, não atribuem valor à própria cidade" (Turista de Irara/BA, entrevista concedida em 09/01/2010 durante a caminhada).

Neste sentido, as caminhadas orientadas pelo Centro Histórico, possuem grande importância. Os locais visitados ganham sentidos e significados pela sua divulgação, pela própria escolha de "merecerem" fazer parte de um roteiro, e de forma muito especial pela fala do guia que (re)apresenta, (re)significa, cada um dos espaços, cada uma das paisagens do roteiro perseguido. O espaço talvez seja o mesmo percorrido cotidianamente por muitos daqueles que fazem as caminhadas, mas a partir dos marcadores, presentes na fala do guia, a cidade vai ganhando outros significados. O olhar é direcionado a detalhes que passavam desapercebidos. A paisagem vai sendo preenchida por valores históricos, culturais e turísticos, como se pode observar na fala da visitante procedente de Canoas/RS:

"Normalmente, passamos na correria e não percebemos a beleza do lugar". (entrevista concedida em 23/01/2010 durante a caminhada).

Acredita-se que o turismo devido a sua complexidade e capacidade de abraçar e envolver tantas áreas, ao seu potencial lúdico, prazeroso deve não só buscar a partir de seu desenvolvimento gerar ganhos econômicos e sociais como a geração de emprego e de renda, mas também promover a valorização dos locais em que ocorre e conseqüentemente de seus moradores. A experiência turística deve ser compreendida como um espaço de produção de sentidos e significados sobre a cidade, de valorização de seu patrimônio, sua memória, seu valor turístico; contribuindo para a sensibilização da importância destes espaços e de sua preservação.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, M. **O Grand Tour revisitado** in CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). Turismo com Ética. Fortaleza: FUNECE, 1998.

GRÜNEWALD, R. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003.

LOHMANN, G. e PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MACCANNELL, D. **The tourist: a new theory of the leisure class**. Berkeley, LA: California Press, 2006 (1996).

PEREIRO, Xerardo. Itinerários turístico-culturais: análise de uma experiência em Chaves. Actas do III Congresso de Trás-os-Montes. Bragança, Setembro de 2002. (Disponível em http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/turismo_cultural/Intinerarios_Turismo_Cultural_Urb ano.pdf)

EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL: Cenários e Perspectivas

Fabiano Prates Behlke (SMDHSU)¹

Resumo

A popularização dos computadores pessoais, assim como o acesso à internet, reinventou uma antiga metodologia de ensino no Brasil: a educação a distância. É com o objetivo de apresentar alguns conceitos e características sobre a Ead que esse trabalho foi elaborado. Também é abordado o contexto histórico que contribuiu para a popularização da educação à distância no Brasil e uma análise da qualidade com que esse método é adotado no país. Para o estudo foram utilizados artigos disponíveis no sítio SciELO, bem como a legislação brasileira sobre o tema. A conclusão é que o Ministério da Educação deve assumir seu papel de exigir condições mínimas para a abertura de novos cursos Ead, além de exercer rigorosa fiscalização nos cursos já abertos. Por outro lado, os estudantes da educação à distância também têm destaque no processo de qualidade, seja através da disciplina que é exigida, seja através da atitude proativa.

1 Introdução

A Educação a Distância é uma modalidade antiga de ensino no Brasil. Já no final da década de 1940 surgia o Instituto Monitor com o curso de Radiotécnica. Na década seguinte foi à vez do Instituto Universal Brasileiro oferecer cursos profissionalizantes e técnicos.

Com a popularização dos computadores pessoais, bem como a facilidade de acesso à internet, a educação a distância, também conhecida como Ead, ganhou uma popularidade inimaginável para os pioneiros.

Nesse contexto de popularização, ou massificação, é que o presente trabalho está inserido, tendo como objetivo principal trazer à discussão a qualidade da educação à distância disponível no Brasil.

Inicialmente serão apresentados conceitos de Ead, bem como os requisitos necessários para que um curso seja enquadrado em educação à distância. Um contexto histórico que contribuiu para o surgimento da Ead no país é apresentado, e logo após são abordadas as vantagens que a metodologia proporciona às instituições de ensino e aos estudantes (usuários da Ead). Um tópico específico analisa a qualidade da Ead para, logo em seguida, expormos as considerações finais.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa de artigos disponíveis no Scientific Eletronic Library Online (SciELO), bem como a legislação brasileira sobre educação a Distância, disponível no sitio da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC).

2 Conceituação

De acordo com o art. 1º do Decreto nº. 5.622, da Presidência da República, educação a distância é a "modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos."

Aretio (2001) define como características necessárias para considerar um curso como Ead a separação física entre professor e aluno, a flexibilidade de horários destinados ao estudo, além um

¹ Assistente Administrativo.

ritmo diferenciado de estudos por parte do aluno.

Para Nascimento e Trompieri (2002), a Ead:

[...] "é a modalidade de ensino/aprendizagem no âmbito da qual os educadores e educandos não estão necessariamente juntos, fisicamente, mas podem estar interligados por meio de ferramentas tecnológicas do tipo síncrona² e assíncrona³."

Seguindo o conceito e as características apresentadas, cabe mencionar que existem instituições que hoje oferecem cursos totalmente a distância, enquanto outras oferecem apenas algumas disciplinas na modalidade Ead. Essa flexibilização é possível porque as portarias 2.253 e 4.059, do Ministério da Educação, permitem que até 20% das disciplinas de um curso tradicional (presencial) sejam ministradas a distância.

Não verificamos diferença entre instituições públicas e privadas no que diz respeito ao oferecimento de vagas, ou seja, tanto públicas quanto privadas oferecem disciplinas, ou cursos inteiros a distância.

Ressaltamos que o objeto de estudo desse trabalho são os cursos totalmente a distância, excluindo-se, portanto, os cursos presenciais que destinam um percentual de disciplinas a distância.

3 Contexto histórico pré-massificação do ensino a distância

Entre a metade da década de 1990 e início dos anos 2000, a educação pública no Brasil passou por um processo de deterioração. Isso ocorreu devido à política neoliberal adotada nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Consistiu em transformar a "administração pública burocrática" em "administração pública gerencial", definindo a educação como uma atividade não exclusiva do Estado. Tal condição transferia a responsabilidade dos serviços educacionais para as instituições privadas ou públicas não estatais.

Como forma de justificar a transição de um modelo para o outro, utilizou-se o corte nos orçamentos das universidades públicas. Na edição de 10/12/1997, a revista Veja⁴ tratou do enfraquecimento das universidades públicas através da reportagem intitulada "A diáspora dos cérebros". Um trecho da reportagem apontava a realidade da época:

"A agravar a sangria está o fato de que os salários defasados dificultam a renovação [do quadro de professores das universidades públicas]. No final do ano passado, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul abriu concurso para um cargo de docente de matemática da computação. Apenas dois candidatos se inscreveram. No dia da prova, nenhum dos dois apareceu. Hoje, para não deixar os alunos sem aula, a universidade contratou um professor substituto, que recebe 700 reais por mês e tem contrato temporário. Em geral recémformado, o docente temporário já ocupa 10% das vagas da Universidade Federal de São Carlos e 20% das vagas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Até 1990, as duas universidades não contavam com nenhum substituto em seus quadros.

Em seu trabalho "Reforma do Estado e Privatização da Universidade Pública Brasileira – Consequencias sobre o Trabalho Docente", a professora Vera Lúcia Jacob Chaves, da Universidade Federal do Pará, afirma:

A concepção neoliberal fundamenta-se na idéia de que a responsabilidade pela crise é do próprio Estado que, ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, enquanto o setor privado tem demonstrado eficiência e qualidade. Desse modo, justifica-se a necessidade de reduzir o tamanho do Estado e eliminar todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade.

² Processo no qual a troca de informações entre o remetente e o destinatário é instantânea.

³ Processo no qual a troca de informações entre o remetente e o destinatário não ocorre de forma instantânea.

⁴ Embora a revista Veja seja uma publicação que não possua caráter científico, foi utilizada aqui para mostrar que as dificuldades enfrentadas pelas universidades já eram do conhecimento da população em geral, não ficando restrita ao meio acadêmico.

Essa realidade deixou as universidades públicas sem recursos para investimentos em qualificação do corpo docente e em infra-estrutura. Esse quadro – queda na qualidade do ensino – era utilizado para defender a ineficiência do setor público.

Entretanto, fica evidente a manobra para enfraquecer a boa imagem que as instituições de ensino superior públicas tinham perante a sociedade, fazendo com que essa se posicionasse de forma contrária àquela. Interessante notar, ainda, que as instituições denominadas como públicas não-estatais, defendida como alternativa de qualidade pelos adeptos do gerencialismo, cobram mensalidades tão altas quanto às privadas.

De acordo com Peixoto e Braga (2004), já naquela época crescia exponencialmente uma demanda reprimida por vagas em cursos de nível superior.

Reverter o quadro caótico da época já não era possível apenas com o método tradicional de ensino (presencial).

Paralela ao caos imposto pela ideologia neoliberal, cresciam as ofertas de ferramentas tecnológicas, as chamadas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), "[...]as distâncias já não representam mais limitações significativas para a comunicação e intercâmbio entre as pessoas e as sociedades (ARIEIRA, DIAS-ARIEIRA, FUSCO; 2009).

Nesse cenário, a entrada em vigor do decreto nº. 5.622 foi um marco para a educação a distância no país.

4 As instituições de ensino e a educação a distância

Partindo do ponto de vista das instituições de ensino superior públicas e privadas, a educação a distância é uma oportunidade ímpar de aumentar o número de alunos sem necessitar investimentos vultosos. Com esse acréscimo no corpo discente, a instituição ganha visibilidade. Para as instituições públicas, isso pode significar aumento de repasse de verbas do governo. Para as instituições privadas, isso pode ocasionar um aumento no valor de mercado da instituição⁵.

Pensando em referenciais mínimos de qualidade para o ensino superior a distância, a SEED/MEC estabeleceu princípios, diretrizes e critérios que devem ser oferecidos pelas instituições de ensino que ofereçam curso de Ead, tais como material didático elaborado especialmente para o aluno da Ead, biblioteca e laboratório de informática com acesso à internet banda larga, tanto nas sedes das instituições como nos pólos de apoio presencial.

5 Os estudantes e a educação a distância

Considerando a dificuldade de ingressar em uma universidade pública devido ao grande número de concorrentes, a Ead se torna uma opção mais acessível economicamente⁶.

Outro aspecto que é considerado pelos estudantes é o tempo que passam em sala de aula. Os cursos a distância promovem um ou dois encontros presenciais semanais. Essa carga horária, no entanto, é apenas uma pequena parcela da carga horária total que o estudante deve ter, já que, como o próprio nome indica, na educação a distância o maior tempo é dedicado aos estudos sem a presença física do professor.

6 Análise crítica da Ead

Conforme afirma Moran (2003), "é muito tênue a linha que separa os cursos de massa com qualidade e os cursos de massa de baixo nível". Partindo-se dessa premissa, é possível afirmar que o

⁵ Atualmente, há quatro instituições de ensino com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa): Anhanguera Educacional Participações S/A, Estácio Participações S/A, Kroton Educacional S/A e Pearson Sistemas do Brasil S/A.

⁶ Um curso à distância oferece mensalidade com valor 14% mais baixo do que um curso presencial. Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul, curso de Administração. Consulta realizada através de http://www.vestibulares.br/, em 15/11/2010.

fato de um curso ser "de massa" não significa que ele não possua qualidade. O que definirá a qualidade é a forma como as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, tratam a Ead.

Uma educação a distância que visa apenas o lucro não tem a preocupação de incentivar a pesquisa por parte dos alunos, procura apenas transmitir o conhecimento já existente (simplificação do processo pedagógico (MORAN COSTAS, 2003)). Valente (2003) afirma que "é ilusório, para não dizer enganoso, esperar que uma atividade educacional que privilegie a transmissão de informação tenha como produto a construção de conhecimento".

A principal discussão em torno da Ead ainda é quanto às ferramentas tecnológicas que ela oferece, mas essa postura é equivocada. O foco de discussão, e de ação, deve ser em torno da pedagogia adotada pela educação a distância. Almeida (2002) afirma:

O foco não é a tecnologia em si mesma, mas sim a atividade realizada por meio da tecnologia, caracterizada pela diversidade, contínua evolução e sentido de localidade em um certo contexto em que aspectos socioculturais, afetivos, cognitivos e técnicos coevoluem. Para Nardi (1999), há uma interdependência entre os recursos tecnológicos e as atividades, cada um ajustando-se e adaptando-se em relação ao outro, uma vez que as mudanças de um elemento provocam mudanças em todo o sistema.

Replicar na Ead a metodologia, a didática e os materiais da educação presencial constituem um erro, que contribuirá para a consolidação da imagem de baixa qualidade que hoje está associada a Ead.

O primeiro paradigma a ser quebrado está relacionado à relação vertical de cima para baixo, que também é verificada no ensino presencial tradicional. O aluno busca na sala de aula a fonte de conhecimento. Tal quadro se perpetua no momento em que esse estudante encontra um professor que, através da sua didática, corrobora com o status quo. Segundo Moran (2003):

Os professores aprenderam como alunos a relacionar-se com o modelo convencional de ensinar-aprender dentro de um espaço bem específico que é a escola e dentro dela a sala de aula. O papel principal que os professores assumem ainda é o de responsáveis por uma determinada área do conhecimento e insistem em utilizar predominantemente métodos expositivos com alguma (pouca) interação. Os alunos, por sua vez, estão acostumados a ficar ouvindo, em geral, passivos, o que os professores falam e esperam da universidade ou escola que lhes tragam em bandeja as informações prontas. [...] É difícil manter a motivação no presencial e muito mais no virtual, se não envolvermos os alunos em processos participativos, afetivos, que inspirem confiança. Os cursos que se limitam à transmissão de informação, de conteúdo, mesmo que estejam brilhantemente produzidos, correm o risco da desmotivação a longo prazo e, principalmente, de que a aprendizagem seja só teórica, insuficiente para dar conta da relação teoria/prática.

Kátia Lima, em "Ensino a distância, organismos internacionais e mercantilização da educação superior", expõe que

Uma análise cuidadosa, entretanto, demonstra que, em primeiro lugar, essa política [ampliação do acesso à educação nos países periféricos] não trata da educação (ainda que este seja o termo utilizado), mas de um ensino massificado, concebido como transmissão de informações, treinamento, instrução e capacitação, absolutamente desarticulado da pesquisa e da produção de conhecimento. No mesmo sentido, o ensino a distância, pela forma e conteúdo que apresenta, constitui-se em mais uma estratégia de mercantilização da educação, configurando-a como um promissor "mercado educacional", principalmente para os empresários estadunidenses e europeus (Lima, 2006 e 2007).

7 Educação a distância de qualidade

Nesse contexto, como é possível definir se um curso de Ead oferece boa qualidade? Para

Moran (2002):

Um bom curso [...] depende, em primeiro lugar, de termos educadores maduros intelectual e emocionalmente, pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar. Pessoas com as quais valha a pena entrar em contato, porque dele saímos enriquecidos.

Um bom curso depende também dos alunos. Alunos curiosos, motivados, facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador.

Um bom curso depende, finalmente, de ambientes ricos de aprendizagem, de ter uma boa infra-estrutura física: salas, tecnologias, bibliotecas... A aprendizagem não se faz só na sala de aula, mas nos inúmeros espaços de encontro, de pesquisa e produção [...]

Em educação a distância um dos grandes problemas é o ambiente, ainda reduzido a um lugar onde se procuram textos, conteúdo. Um bom curso é mais do que conteúdo é pesquisa, troca, produção conjunta. Para suprir a menor disponibilidade ao vivo do professor, é importante ter materiais mais elaborados, mais auto-explicativos, com mais desdobramentos (links, textos de apoio, glossário, atividades...). Isso implica em montar uma equipe interdisciplinar, com pessoas da área técnica e pedagógica, que saibam trabalhar juntas, cumprir prazos, dar contribuições significativas.

Um bom curso depende muito da possibilidade de uma boa interação entre os seus participantes, do estabelecimento de vínculos, de fomentar ações de intercâmbio.

É possível afirmar que a estrutura física disponível (sala de aula, biblioteca, computadores) tem papel fundamental, e contribuem muito para a qualidade de um curso através da Ead. Mas o que verdadeiramente irá determinar o nível de qualidade é a atitude dos alunos e do tutor⁷. Havendo alunos dispostos e motivados, possíveis obstáculos de infra-estrutura serão superados. Nesse processo de motivação, é importante a participação do tutor ao apontar os caminhos possíveis de serem trilhados.

Gouveia e Bizzo (2002) definem pressupostos básicos para uma Ead de qualidade:

- Presença de um tutor que acompanhe o desenvolvimento do aluno, respeitando seu ritmo de estudo e disponibilidade de tempo;
- Instituição de ensino que responda por todas as etapas do curso, desde a escolha e treinamento dos professores até a elaboração do material didático adequado;
- Utilização de todos os meios de comunicação disponíveis e necessários, sempre de forma integrada;
- Incentivar a aprendizagem do aluno através das suas expectativas e experiências; e;
- Proporcionar um instrumento de avaliação que possa refletir, o máximo possível, o nível de aprendizagem do aluno.

De acordo com Almeida (2002), deve-se possibilitar "a representação do pensamento do aluno e a comunicação de suas idéias, assim como a produção individual e coletiva de conhecimentos".

Moran (2003) exemplifica da seguinte maneira:

Procuramos ter uma sala de aula o mais rica possível de tecnologias: [...] Isso nos permite uma grande flexibilidade na passagem de um momento de apresentação de idéias, para outro de ilustração, de pesquisa, de contribuições dos alunos. Se um aluno conhece um texto ou site interessante, vai lá e o mostra diretamente à classe. Esse clima cordial e otimista contagia à maior parte dos alunos e os predispõe a colaborar mais, a dar o melhor de si

Como uma parte do curso vai acontecer no ambiente virtual, mostramos esse ambiente ao vivo, onde estão os textos, o espaço de colaboração, o que facilita a navegação dos alunos

⁷ O tutor é um elemento importante em muitos sistemas de EAD, sendo o principal responsável pelo processo de acompanhamento e controle do ensino-aprendizagem.

depois. É importante também orientar o processo de pesquisa, tanto do ponto de vista metodológico como tecnológico (como fazer pesquisa na Internet). Assim é mais simples realizar pesquisas orientadas, no virtual.

8 Considerações Finais

A educação a distância já é uma realidade no Brasil, e caminha para consolidar-se como uma alternativa de acesso ao diploma de graduação. Prova disso é o aumento de 62,5% no número de alunos matriculados em cursos a distância de 2006 a 2009 (BEM PARANÁ, 2010).

Em poucos anos o mercado de trabalho começa a receber esse grupo de graduados a distância, com características distintas dos demais profissionais. Entre as principais diferenças, podemos citar a autonomia e a disciplina, indispensáveis para os alunos da Ead.

Para que esse aumento na oferta de cursos de Ead não comprometa a qualidade do ensino, é fundamental que o Ministério da Educação mantenha uma rígida fiscalização em todas as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, a fim de garantir condições mínimas de estudo. Por outro lado, também é importante estabelecer critérios claros e rigorosos para a concessão de novas licenças de abertura de cursos à distância.

Com relação aos estudantes, é esperada uma atitude crítica e proativa. Ter um ensino de qualidade depende muito do papel desempenhando pelos alunos, seja na dedicação aos estudos, especialmente nos momentos à distância, seja na fiscalização e, se for o caso, denúncia das instituições de ensino que estejam oferecendo cursos de qualidade duvidosa.

Se todos os envolvidos – governo, instituições de ensino e estudantes, assumirem o compromisso de buscar incessantemente a qualidade na educação à distância, em pouco tempo o mercado de trabalho tornará os graduados à distância em profissionais altamente valorizados.

9 Referências Bibliográficas

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A sagrada missão pública**. Folha de São Paulo. São Paulo, 04 jun. 2000, Caderno Mais!, p. 10-11.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; BRAGA, Mauro Mendes. **Demanda pelo Ensino superior no Brasil: o caso da UFMG**. Educação & Linguagem, São Paulo, v. 10, p. 124-149, 2004.

ARIEIRA, J. O.; DIAS-ARIEIRA, C. R.; FUSCO, José Paulo Alves; SACOMANO, J. B.; BETTEGA, M. O. P. . **Avaliação do aprendizado via educação a distância: a visão dos discentes**. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 17, p. 313-340, 2009.

MORAN COSTAS, José Manuel; MORAN, J. M. . Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: Marco SILVA (Org.). (Org.). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo- SP: Edições Loyola, 2003, v. 1, p. 39-50

_____, José Manuel . **Modelos e avaliação do ensino superior a distância no Brasil**. ETD : Educação Temática Digital, v. 10, p. 54-70, 2009

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de . **Educação à distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas**. In: 6. Congreso Ibero-americano de Informática na Educação - Congreso IE-2002, 2002, Vigo, Espanha. 6. Congreso Ibero-americano de Informática na Educação - Congreso IE-2002. Vigo, ES: Martín Llamas Nistal et al..

Nardi, B. A. & O'Day V. L (1999). Information Ecologies. 2^a ed. Cambridge. MIT Press,.

DAHMER PEREIRA, L. . Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. Revista Katalysis, v. 1, p. 268-277, 2009

SEGENREICH, S. C. D. . **Desafios da Educação à Distância ao Sistema de Educação Superior: novas reflexões sobre o papel da avaliação**. Educar em Revista, v. 28, p. 161-177, 2007

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M. B.; MARTONE, R. C. . **Sistema personalizado de ensino, educação à distância e aprendizagem centrada no aluno**. Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso), v. 25, p. 289-296, 2009.

LIMA, Kátia . Educação Superior a Distância: Democratização ou Subordinação das Universidades Públicas às Demandas do Capital?. Advir (ASDUERJ), Rio de Janeiro, p. 56-66, 2001.

______, Kátia . Ensino a distância, organismos internacionais e mercantilização da educação superior. PUCviva Revista, v. 35, p. 06-12, 2010.

VALENTE, J.A. . **Educação à distância no ensino superior: soluções e flexibilizações**. Interface. Comunicação, Saúde e Educação, v. 7, n. 12, p. 139-142, 2003

BEM PARANÁ, **Número de alunos de curso à distância cresce 62%.** Disponível em: http://www.bemparana.com.br/index.php?n=156900&t=numero-de-alunos-de-curso-a-distancia-cresce-62. Acesso em: 22 nov 2010.

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING NO PROCESSO ELEITORAL.

Simone Della Bona (SMAM)¹

INTRODUÇÃO

O Marketing Político é uma técnica que, na democracia brasileira, completa todos os demais métodos político-eleitorais, consolidando-se como peça fundamental no processo sufragista. Seus conceitos modernos e eficazes garantem uma campanha estruturada, marcante e eficiente.

A ELEIÇÃO

Atualmente, é inviável planejar uma eleição sem que uma campanha de marketing atue sobre a população votante. Contudo, a propaganda eleitoral deixou de ser apenas o ato de imprimir alguns milhares de folhetos coloridos e pichar os muros da cidade com o nome do candidato; também deixou de ser intuitiva e tornou-se racional. Os palpites gratuitos cederam lugar à pesquisa; os temas principais, com determinadas palavras-de-ordem, aparentemente corretas, mas aleatórias, agora têm origem em slogans com conceito e estratégia. Enfim, a propaganda política deixou para trás o amadorismo para se tornar profissional.

Enquanto nas campanhas de produtos e serviços de um lado está o produto/ serviço e, do outro, o mercado consumidor, na campanha eleitoral de um lado está o candidato e, do outro, os eleitores. No sentido candidato-eleitor, o candidato oferta suas promessas, vantagens e linha de comunicação. Já no sentido eleitor-candidato, o eleitor tem a oferecer seu voto.

Em marketing político, a comunicação é como uma droga, visto que se "em doses adequadas é medicamento, em doses elevadas é veneno fatal. É necessário comunicar, mas pior do que não fazer publicidade é fazê-la em demasia."

Isso significa que tomar a palavra a todo o momento banaliza a imagem do político. É preciso saber o momento certo para falar e fazê-lo com muita moderação. O segredo de uma interação satisfatória está nos detalhes e no comedimento.

MARKETING POLÍTICO E MARKETING ELEITORAL

O marketing político está relacionado com a formação da imagem a longo prazo. É utilizado por pessoas e políticos que desejam projetar-se publicamente. Já o marketing eleitoral projeta-se a curto prazo. As estratégias e as táticas de comunicação são montadas em cima de um ambiente vivo, em andamento e não de um ambiente forjado.

PESOUISAS

Há um ditado de Maquiavel que diz: "A realidade é como é, não como gostaríamos que ela fosse". Essa premissa resume muito bem a importância da pesquisa na vida do candidato e, mais ainda, na vida do eleitor.

Podem-se efetuar três tipos de levantamento para a avaliação do eleitorado através da pesquisa. As averiguações de opinião pública procuram mensurar conhecimento da população sobre assuntos genéricos e discutidos amplamente no momento em que são realizadas. As pesquisas de

¹ Gerente de Parque.

² SILVA, Valdir Roberto da. **Marketing político**. Em

<< http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Marketing%20politico.htm>>>. Acesso em 30/07/08.

³ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. São Paulo, Civilização Brasileira,1978.

acompanhamento e desempenho administrativo coligem as principais demandas da população, avaliam o desempenho dos governantes, aferem a imagem administrativa, o grau de conhecimento dos projetos e das obras realizadas e o grau de satisfação com os serviços públicos. Já, as pesquisas eleitorais procuram detectar as intenções de voto do eleitor e o potencial de adesão ou rejeição de cada candidato.⁴

COMUNICAÇÃO

Diariamente, as pessoas são bombardeadas por milhões de informações e estímulos, como não conseguem processar e reter todas essas informações a mente simplifica o que é recebido, aceitando apenas aquilo que interessa. A arte de fazer-se ouvir, de comunicar e persuadir está na identificação do caminho mais rápido para a mente.

A mídia eletrônica, hoje, é considerada o "segundo Deus", por sua onipresença e seu poder de influência. Cada veículo tem uma linguagem muito específica, mas quando se trata de televisão, a linguagem se aproxima bastante do cotidiano das pessoas, de forma simples e direta. O candidato deve estar ciente de que está invadindo a residência dos eleitores e é nessa hora que o equilíbrio e a moderação devem fazer parte de seu comportamento, pois é como se estivesse conversando com o eleitor em sua sala de estar.

É importante salientar que toda a campanha política necessita de uma gama de criadores, cujo trabalho nasce através do confronto. Para os profissionais de publicidade e propaganda, opor-se aos clientes para atingir um resultado satisfatório é uma necessidade. Isso ocorre porque todo político é muito cortejado; assessores e pessoas próximas cobrem-no de sufocantes louvores. Cercados de bajuladores, muitos não conseguem ter discernimento suficiente para perceber o inverso da situação. São incapazes, sequer, de perguntar a si mesmos que produto estão oferecendo, que idéia estão transmitindo e que percepção os eleitores estão tendo.

O CANDIDATO

O candidato é o elo de ligação entre as causas públicas e o eleitor. É a primeira vitrine dos partidos, é o conteúdo, é um contexto amplo das ideologias, das estratégias, de seus ideais e de sua participação na vida social.

Ele obtém preferências com base no seu nome, no seu talento pessoal em dar início a uma reação emocional, na sua habilidade em utilizar a mídia de massa e na sua capacidade de se projetar.

Além disso, há todo um processo de desenvolvimento pelo qual o candidato deve passar:

- apresentar uma personalidade bem definida. Como acontece com os produtos, uma imagem de qualidade;
- identificar-se com uma instituição que lhe de apoio e credibilidade, a própria inscrição partidária;

Definida a personalidade e colocada dentro de um contexto de organização (o partido) o candidato deverá impor a sua marca (o seu nome). Para tanto, é preciso:

• planejar formalmente a sua estratégia de campanha, sua postura diante dos problemas, sua propaganda, suas aparições, sua base para a obtenção de fundos, sua monitoria da situação, seus objetivos, sua alocação de recursos e o tempo de que dispõe para obter a aprovação dos eleitores;

⁴ **Publicidade em Marketing** <<http://www.umacoisaeoutra.com.br/marketing/mktpol.htm>>. Acesso em 25/07/08

 construir uma forte organização de ações, capaz de reforçar, durante todo o processo, as posições assumidas durante a campanha eleitoral, sem que ocorra a perda de campos já conquistados.

O CANDIDATO E O PARTIDO

A importância do partido político no universo do candidato é fundamental. Ele está para o candidato assim como a empresa está para o produto. Da mesma forma, como não existe produto sem uma empresa que identifique a sua origem, não existe candidato sem sigla. O partido, então, pode ter uma imagem que acrescente ou subtraia. Por isso, é aconselhável saber se ele referenda, de forma positiva, o candidato, assim como o nome de uma empresa de prestígio no mercado acrescenta valoração a um produto.⁵

Durante uma campanha eleitoral, a mobilização dos correligionários é de extrema relevância para o resultado final. A militância partidária foi capaz de reinventar a política no Brasil como um processo passional e entusiástico. Seu desempenho está renovando os conceitos do marketing, da propaganda e da comunicação para além das campanhas eleitorais.

Paulo Cezar Rosa referenda esse ponto de vista, afirmando que "o veículo de comunicação primordial é o militante. É ele quem faz a propaganda, a promoção de vendas e a distribuição do 'produto'. O partido, que realiza a pesquisa de mercado, forja os produtos e determina os preços."

HISTÓRIA DO DIREITO AO VOTO

No Brasil, o direito ao sufrágio foi excludente em diferentes períodos de sua história e a legislação foi progressivamente alterando o perfil do eleitor. Durante o período colonial, as condições exigidas ao eleitor eram idade-limite de 25 anos e comprovação de residência. No Império (1822-1889), a idade mínima manteve-se em 25 anos, à exceção dos casados e oficiais militares, que podiam votar aos 21 anos. Na República Velha (1889-1930), foi abolido o voto censitário e a idade mínima passou a ser 21 anos. Em 1882, o analfabeto perdeu o direito de votar, cassado pela Lei Saraiva. O Código Eleitoral de 1932 estendeu a cidadania eleitoral às mulheres e a Constituição de 1934 estabeleceu a idade mínima obrigatória de 18 anos para votar. A Emenda Constituição de 1988 promulgou que o alistamento eleitoral e o voto eram obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os maiores de 70 anos e para os jovens entre 16 e 18 anos.⁷

O ELEITOR

Hoje em dia, o eleitor deseja do candidato uma boa comunicação e o cumprimento das promessas. Um dos conceitos clássicos na política é estudar e determinar o padrão de comportamento do eleitor. Como ele pensa e decide o seu voto? Existe algum motivo para a escolha do seu candidato? Quais aspectos padronizam essa escolha?

Após alguns estudos realizados sobre o comportamento dos eleitores, chegou-se ao consenso de que existem três leis fundamentais de posicionamento:

⁵ **Publicidade e Marketing**. Em < http://www.umacoisaeoutra.com.br/marketing/mktpol.htm> Acesso em 25/07/08

⁶ ROSA, Paulo Cezar da. Marketing político. Em < http://www.nao-til.com.br/nao-59/marketin.htm>. Acesso 30/07/08.

⁷ O Eleitor. Em < http://www.tse.gov.br/institucional/centro memoria/historia eleicoes brasil/o eleitor/o-eleitor.html> Acesso em 30/07/08.

- <u>Lei da Indiferença</u>: Defende que o eleitor, ao entrar na cabine eleitoral, põe fim a um difícil processo de tomada de decisão. Nessa hora, ele lembra de Pelé, Sílvio Santos, Xuxa, Faustão e de outros ícones da cultura de massa que atuam fortemente no imaginário popular, menos dos candidatos. Eleitores com esse perfil não estão politicamente envolvidos e são indiferentes quanto aos representantes que vão ajudar a eleger.⁸
- <u>Lei do adiamento</u>: O eleitor adia sua decisão de voto para o período mais próximo possível da eleição. Cerca de 90% das pessoas, ao dirigirem-se à cabine eleitoral, já possuem o seu candidato consolidado, mas 10% ainda entram para votar com muita dúvida. São esses últimos que podem decidir uma campanha mais acirrada.
- <u>Lei da efemeridade</u>: As idéias e aspirações da sociedade obedecem a um ciclo de vida determinado. A lei da efemeridade trata dos ciclos das idéias e aspirações, averiguando como elas nascem, crescem, desenvolvem-se, desgastam-se e desaparecem. Para possuir apelo eleitoral, o candidato precisa escolher uma bandeira ou uma causa que encontre ressonância na opinião pública e que esteja em pauta no momento.

CONCLUSÕES

O presente trabalho versou sobre o Marketing Político e seu papel de regente das disputas político-partidárias. A pesquisa evidenciou a necessidade de fundamentar a campanha eleitoral em regras mercadológicas, tais como a Lei da Oferta e da Procura, para potencializar o desempenho nas urnas. Isso significa que um planejamento estratégico elaborado através das técnicas de Marketing é capaz de influenciar decisivamente a opinião do eleitorado. Concluo, portanto, que o Marketing Político é, hoje, a peça mais importante de uma campanha eleitoral.

REFERÊNCIA

ALVES, Franco Luís. *A aproximação entre o eleitor e o eleito*: Medidas para uma reforma do sistema eleitoral e político. Porto Alegre, Editora Verbo Jurídico, Maio de 2003.

FAUSTO NETO, Antônio e PINTO, Milton (org.) *Construção da Imagem Pública de Collor e Lula na Campanha de 1989*. Mídia e Cultura, Rio de Janeiro, Diadorim/COMPÓS, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.

KOTLER, Philip e ARMSTRONG, Gary. *Princípios do marketing*. Rio de Janeiro, LTC –Livros e Técnicos e Científicos Editora, 1999.

RUBIM, Antônio A. C.; BENTZ, Ione M. G. e PINTO, Milton J. *Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. Produção e recepção dos sentidos mediáticos*, Petrópolis, Vozes/COMPÓS, 1998.

SEQÜELA, Jacques. O voto é marketing, o resto é política. São Paulo, Editora Loyola, 2006.

⁸ SEQUELA, Jaques, O VOTO É MARKETING O RESTO É POLÍTICA . São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.

SILVA, Valdir Roberto da. Marketing político. Em http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Marketing%20politico.htm. Acesso em 30/07/08. *O Eleitor*. Em http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/o_eleitor/o-eleitor.html>>. Acesso em 30/07/08.

Publicidade em Marketing. Em http://www.umacoisaeoutra.com.br/marketing/mktpol.htm. Acesso em 25/07/08.

Normas para publicação dos artigos

- 1 Os artigos devem ser encaminhados por e-mail para <u>escolagestao@sma.prefpoa.com.br</u>, em arquivo Word, fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento um e meio, margem de 2 cm;
- 2 Nos artigos devem constar informações sobre a formação pessoal e vinculação institucional do(s) autor(es), e-mail e telefone para contato.
- 3- Notas devem ser devidamente numeradas e constar no final do trabalho e não no pé da página. Referências de autores no corpo do texto deverão seguir a forma (AUTOR, data).
- 4 Bibliografia deve ser listada ao final do trabalho, em ordem alfabética, observando as normas ABNT.
- 5- Os trabalhos que se adequarem à linha temática da EGP serão submetidos a apreciação de 3 servidores da EGP ou outros designados para tal função, com vistas à publicação.
- 6- A publicação dos textos está sujeita à análise prévia da EGP, a qual se reserva o direito de sugerir modificações ao autor.
- 7- Se aceitos os artigos ficarão armazenados no site da EGP por tempo a ser determinado.
- 8- Os autores autorizam a Escola a divulgar os artigos em seu site e em outros veículos de divulgação institucional.